

EM MOSCOU: CONGRESSO DE CONSTRUÇÃO DO COMUNISMO

NA PAGINA CENTRAL
DAMOS AMPLO
RESUMO DO INFORME
APRESENTADO POR
KRUSCHIOV AO XXI
CONGRESSO DO PCUS

Leia

A SITUAÇÃO
POLITICA E A
POSICÃO DOS
COMUNISTAS

Artigo de L. C. PRESTES
no Suplemento

Esta edição
circula com
um Suplemento
que não pode
ser vendido
separadamente



VOZ OPERÁRIA

N.º 504 ★ RIO DE JANEIRO, 31 DE JANEIRO DE 1959 ★

**GREVE
GERAL**

**SE O SALÁRIO
MÍNIMO NÃO
FOR PAGO A
PARTIR DE
JANEIRO**

(TEXTO NA
6a. PAGINA)

PREÇO
DO Exemplar
3 00



POLICIA CONTRA ESTUDANTES

Pacífica manifestação de estudantes em frente à sede do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), contra a política pró-americana, em relação ao Acôrdo de Roboré, do entreguista Roberto Campos, foi violentamente dissolvida pela policia no dia 28. Os estudantes se concentravam na confluência das ruas da Quitanda e Sete de Setembro e apenas começaram a exhibir suas faixas de protesto contra a orientação entreguista de Roberto Campos, a policia-política, reforçada depois por um destacamento da policia militar, entrou em ação. Vários estudantes foram presos e feridos a case-têtes, além de um comerciante que com eles se solidarizou. A multidão que aflui imediatamente ao local demonstrou viva simpatia pelos jovens e apupou a policia. Das casas vizinhas, os policiais eram visados com pedradas. A policia do sr. Kubitschek voltou a utilizar os métodos bárbaros dos ominosos tempos do Estado Novo: lançou bombas de gás contra os jovens, atingindo também populares. Nas fotos, vemos testemunhos da selvageria policial: em marcha um contingente da policia militar mobilizado contra os estudantes e, no alto, o famigerado policial Pedro Chediak (em primeiro plano) tem à mão uma bomba de gás que jogou contra os manifestantes. As portas do BNDE foram fechadas e guardadas por tropa. O sr. Roberto Campos continua ainda à frente do Banco. (Ampla reportagem na última página).

APOIO A FIDEL CASTRO PARA LEVAR AVANTE A REVOLUCAO

- ☆ A composição de classes do novo poder
- ☆ A base econômico-social da tirania está intacta
- ☆ Que modificações são necessárias na opinião do PSP

Qual a posição dos comunistas cubanos ante o movimento revolucionário que derrubou a ditadura de Batista?

Qual sua linha de conduta ante o novo governo revolucionário de Havana?

Os comunistas cubanos contentam-se com a derrubada de Batista? Que reclamam para que não se percam os frutos do movimento popular armado?

Estas e outras questões são respondidas em documento recente publicado pelo Biro Executivo do Comitê Central do Partido Socialista Popular (comunista) de Cuba, do qual damos a seguir os trechos principais.

NUNCA HOUVE TANTA LIBERDAD

Ao analisar a situação atual de Cuba, o PSP diz:

«Nunca, anteriormente, em nenhum momento da história de Cuba houve um governo com tanta liberdade e tais possibilidades para decidir e atuar. As condições políticas criadas são de tal ordem que o governo provisório pode agir e decidir sem outras limitações que seu próprio programa, as orientações ou pressões das organizações revolucionárias e a mobilização popular, que tanto e tão seriamente podem influir na situação.

«Fidel Castro e o governo provisório dispõem, neste momento, de um poder e de possibilidade de atuação como jamais teve, até agora, qualquer líder político ou governo em nosso país. O que fazem ou o que deixem de fazer depende quase inteiramente deles mesmos, pois, de fato e efetivamente, não estão limitados senão pelo grau de desenvolvimento da consciência revolucionária, pelo sentimento geral antitirania e pelas forças armadas rebeldes e o movimento revolucionário operário e popular, que os apoiam decidida e firmemente.»

CLASSES NO PODER

O documento do PSP afirma que, com a queda da tirania de Batista e o ascenso de Fidel Castro e seus companheiros, houve uma mudança de classes no poder. Diz textualmente: «A revolução trouxe um deslocamento

não só de homens no poder, mas também de classes e forças sociais.»

«Eclarece que, do ponto de vista de classes, o governo de Batista era um governo de latifundiários, grandes comerciantes importadores e grandes magnatas do açúcar, sendo além disso um governo submisso ao imperialismo.

«Do ponto de vista social — acrescenta o documento — o novo poder estabelecido se baseia nas forças populares (operárias, camponesas, burguesas e nacional-burguesas), embora o controle e a hegemonia sejam exercidas pela burguesia nacional e pequena burguesia.»

«Quanto à sua composição política — assinala o documento — o governo provisório está muito longe de ter a representação de todos os setores, movimentos e forças que o tornaram possível e o apoiam.

A BASE DAS TIRANIAS ESTÁ INTACTA

Prosseguindo em sua análise da nova situação criada em Cuba, a direção do Partido Socialista Popular diz:

«Do ponto de vista social, a situação é bem diversa. Se na ordem política foi arrasada toda a estrutura em que se alicerçava o poder da tirania, não ocorre o mesmo na ordem econômico-social.

A base social interna que engendra e sustenta a tirania antinacional, antipopular e antioperária, mantém todo o seu poderio econômico, e, em consequência, sua influência social e política.

«Os latifundiários, as companhias e os bancos estrangeiros, os grandes comerciantes importadores, os grandes magnatas do açúcar e os grandes exportadores em geral, que, tendo à frente o imperialismo lanque, promoveram a tirania e lhe deram apoio "para que submetesse o povo, os operários e os camponeses", propendem sempre, invariavelmente para a reação política e a submissão incondicional ao imperialismo.

«Estas classes e grupos sociais em seu conjunto foram, são e continuarão sendo inimigos da revolução.

«Isto se refere particularmente aos latifundiários, cujo papel na economia é absolutamente negativo e parasitário, limitando-se a deter o monopólio da maior parte da terra e sugar, como donos da terra — que é uma riqueza natural — milhões de pesos da economia do país.

«Excepcionalmente, pode ter ocorrido que alguns membros dessa classe tenha dado algum apoio econômico à revolução, mas isto não muda a essência do problema quanto ao caráter e a posição dessas classes tomadas em conjunto.»

O PSP APOIA O NOVO PODER

A seguir, o Partido Socialista Popular define sua posição em face ao novo poder, nos seguintes termos:

«Nosso Partido apóia o novo poder e o defende dos ataques, conspiratas e pressões dos remanescentes da tirania, dos reacionários e dos imperialistas.

«O PSP acrescenta que lutará para que o governo provisório reflita melhor e responda plenamente à coalizão revolucionária e popular, que o tornou possível e que o sustenta. O Partido estimulará o poder a levar avante a revolução, tanto no domínio político como no econômico e social.

«A posição atual — esclarece o Partido — decorre de sua política e atividade anterior na luta contra a tirania e pela formação de um governo patriótico e democrático de ampla coalizão popular, pela independência nacional e democracia, o desenvolvimento econômico, o progresso social e a paz.

«O PSP deu toda ajuda e apoio político e material à luta armada iniciada e dirigida por Fidel Castro. Um forte contingente de membros e simpatizantes do partido fez parte das forças armadas rebeldes. Muitos deles ganharam honrarias, reconhecimentos e elogios por seu valor e por seu comportamento. Em alguns lugares se organizaram destacamentos por iniciativa do P.S.P., os quais se colocaram às ordens e sob o comando de Fidel Castro.

O documento do PSP reclama as modificações necessárias para que o novo poder provisório chegado por Manuel Urrutia Lora, seja capaz de estabelecer uma ampla coalizão popular, que tenha em seu seio não somente representantes da burguesia e da pequena burguesia, mas também do campesinato e do proletariado e que o impulsionem à realização das tarefas fundamentais destinadas a resolver em definitivo a crise cubana e fazer marchar a revolução.

A FLAMA DA LIBERTACAO NA AFRICA

Falando numa reunião pública em Londres, o vice-presidente do Comitê Executivo do Partido Comunista Britânico, R. Palme Dutt, classificou a recente reunião de Accra como «um triunfo da unidade africana sobre a divisão artificial da África imposta pelo imperialismo.»

Referindo-se aos atuais acontecimentos no Congo Belga, o líder comunista inglês afirmou que «a flama da libertação africana estende-se agora a todos os territórios, mesmo aqueles que sempre foram formalmente colocados numa situação de retaguarda passiva.»

Dutt acrescentou que agora qualquer pessoa pode ver que «todos os antigos sonhos acalentados pela reação de restabelecer a força do capitalismo na Europa Ocidental à base da dominação e da exploração da África como uma derradeira reserva, estão ruindo agora.»

Por fim, apelou para a solidariedade aos povos africanos que lutam por sua independência.

NA ARGENTINA

AS COMPANHIAS ESTRANGEIRAS NÃO TERÃO TRANQUILIDADE

Os Estados Unidos tentam transformar a Argentina em "vitrine do imperialismo" — Frondizi dá garantias ao capital lanque — Formar-se-ia um "pool" do trigo Argentina-EE. UU.

Frondizi viajou, na semana passada, para conseguir nos Estados Unidos o apoio que não pôde obter internamente para seu Plano de Estabilização. Deixando Buenos Aires fortemente escoltado, enfrentando as vaias da população, a greve e os protestos dos mais diversos setores do país, o presidente argentino dedicou seus três dias de intensa atividade em Washington a «pedir socorro» aos americanos. Com efeito, as visitas que Frondizi fez aos presidentes do Eximbank, do BIRD, bem como a bancos particulares norte-americanos indicam que o governo argentino está firmemente empenhado em conseguir novos empréstimos e financiamentos lanques, que se acrescentem aos 329 milhões de dólares do Fundo Monetário Internacional conseguidos no fim do ano passado.

GARANTIAS AO CAPITAL LANQUE

Com esse mesmo objetivo, Frondizi apressou-se em assegurar, em seu discurso perante o Congresso americano, que o governo argentino daria plena «garantia jurídica» a créditos e investimentos estrangeiros, garantias estas que ele, já demonstrou estar disposto a fornecer quando, para usar sua própria expressão, logrou «lidar com as reclamações pela confiscação da empresa norte-americana «American and Foreign Power Company» e outras companhias, o que quer dizer que devolveu

ao imperialismo lanque um total de 22 centrais elétricas nacionalizadas no tempo de Peron.

Como se pode observar, é certo que Frondizi conseguirá pelo menos parte do «socorro» pleiteado. Há grande movimentação nos Estados Unidos para fazer da Argentina, a «vitrine do imperialismo». Diante dos protestos cada vez maiores dos povos latino-americanos contra a exploração econômica imperialista, protestos tão fortes que provocaram mesmo um pronunciamento oficial dos governos latino-americanos contra o subdesenvolvimento,

A Emigração de Coreanos Para a América Latina



O Itamarati reagiu violentamente, e de maneira reacionária ao protesto feito pelo governo da República Democrático-popular da Coreia ante a decisão do governo da Coreia do Sul de enviar quarenta mil emigrantes para a América Latina. Imediatamente, o Ministro Penna Marinho fez assacilhas gratuitas contra o governo da República Democrático-popular da Coreia e caiu no anti-sovietismo mais primário, embora a URSS nada tenha a ver com o caso.

Mas o próprio Ministro Penna Marinho, em suas declarações ao «Correio da Manhã» (27.1.58) confirma que foram feitas gestões para a vinda de emigrantes coreanos para a América Latina. Disse que «a iniciativa partiu dos próprios coreanos» (diria melhor, das autoridades sul-coreanas, que nada têm a ver com o governo da Coreia do Norte, pois sua jurisdição se exerce apenas sobre uma parte do país). Confirmou o Ministro que o Itamarati encaminhou o caso ao Instituto de Imigração e Colonização (INIC), o que significa que foram dados passos para ir ao encontro da proposta do governo da Coreia do Sul.

O que discutimos, nesta questão, é que o Itamarati não tem direito algum para, mesmo através de funcionários subalternos, lançar-se contra a República Democrática da Coreia devido àquele seu protesto. Além disso, é necessário esclarecer certos aspectos da questão, silenciados pelos funcionários do Itamarati. A projetada emigração de coreanos para a América Latina, Brasil inclusive, é uma medida forçada pelo governo reacionário sul-coreano de Syngman Rhee. Aqueles «emigrantes» são antigos prisioneiros de guerra [citos pelas tropas norte-americanas e sul-coreanas durante a guerra civil da Coreia; além de milhares de sem-trabalho existentes na Coreia do Sul]. O governo de Syngman Rhee pretende precisamente «resolver» este problema interno através da emigração forçada.

Veja-se que as coisas foram negociadas através de Washington. O embaixador Amaral Peixoto foi o intermediário. Isto mostra como a trama dos imperialistas norte-americanos está presente no caso, pois não admitem a devolução dos prisioneiros norte-coreanos, os quais são reclamados pelo seu governo e que encontrariam trabalho na Coreia do Norte, onde há escassez de mão-de-obra, em vez de desemprego.

Bem ao contrário, em seu protesto, o governo democrático-popular da Coreia do Norte declara que «receberá todos os sul-coreanos que a camarilha de Syngman Rhee quer obrigá-lo a emigrar para países estrangeiros e lhes garantirá emprego de acordo com suas habilitações e seu desejo, dando-lhes oportunidade para estudar e assegurando-lhes todas as condições para uma vida acomodada. Para isto — acrescenta o governo norte-coreano — temos uma sólida base econômica».

Em resumo, trata-se de um problema interno dos coreanos. A República Democrático-popular da Coreia tem todo o direito de protestar como protestou, exigindo que no caso se cumpram as decisões do Acordo de armistício que pôs termo à guerra na Coreia.

Neste caso, como em geral, o governo da República Democrático-popular da Coreia fala por toda a nação coreana, traduz os anseios de soberania do povo coreano.

Estão enganados os que ainda sonham em trazer coreanos para o Brasil como os escravistas sonhavam com os «coolies» chineses antes da Abolição.

América Latina não é suficiente para explicar os excepcionais «navios» dos EUA à Argentina aventados no decorrer da visita de Frondizi. Além dos 329 milhões de dólares já conseguidos — um dos maiores empréstimos concedidos a um país latino-americano — levantou-se a hipótese de novos empréstimos do FMI e do Eximbank. Por outro lado, foi anunciado a 22 de janeiro pelo Ministro da Economia argentina, Sr. Donato del Carril, que o BIRD está disposto a financiar integralmente o programa de produção de energia elétrica da Argentina. Para tanto, uma missão do Banco iria a Buenos Aires em fevereiro.

Contudo, o que aparentemente é mais espantoso é o fato de os Estados Unidos — que são grandes produtores de carne — admitirem a possibilidade de estabelecer uma quota de importação de carne da Argentina. Mais ainda, as agências telegráficas noticiaram que havia sido aventada a extensão da lei norte-americana de financiamento dos excedentes agrícolas para o trigo argentino. Desse modo, formar-se-ia um «pool» do trigo, sendo o governo lanque obrigado a comprar não só o excedente de sua própria produção tritícola, como também o excedente de trigo argentino.

ACORDO MILITAR

Entre estes acordos, evidentemente, não poderia faltar o famoso Acordo Militar, já que Frondizi está endossando a «tese» do Itamarati

(CONCLUI NA PAGINA 11)

REABILITADA A MEMORIA DE COMUNISTAS DO IRAQUE

Telegrama de Bagdá publicado na imprensa brasileira, transmitido pela agência France Press (AFP) informa que três fundadores do Partido Comunista do Iraque acabam de ser reabilitados a título póstumo. Trata-se de Yusef Salam Yusef, secretário geral do Partido Comunista, Bassane Hussein e Mohamed Shibibi, membros do Biro Político do CC do Partido, os quais foram entoados em fevereiro de 1949, por sua atividade política no país.

No decreto que os reabilita, o Ministério da Justiça do Iraque declara «render homenagem aos serviços por eles prestados à Patria ao procurar libertá-la e reorganizar suas instituições».

DENÚNCIA DO ACÓRDO DE ROBORÉ, DEMISSÃO DE ROBERTO CAMPOS

A medida que se define as posições na agenda política em torno do petróleo boliviano, mais evidente fica a ameaça que o cumprimento do famigerado Acórdo de Roboré representa para a política nacionalista do petróleo. Se inicialmente as divergências se manifestavam em função das fórmulas apresentadas para a execução do Acórdo, ganha terreno agora entre as forças nacionalistas e democráticas a convicção profunda de que qualquer das alternativas propostas implicaria em desfechar um sério golpe contra o monopólio estatal do petróleo, encarnado na Petrobrás.

É compreensível que nos primeiros instantes a condenação indignada das forças nacionalistas recaísse sobre o critério adotado pelo governo, através do BNDE, para a seleção das firmas autorizadas a operarem na região petrolífera boliviana. Quando a Comissão Parlamentar de Inquérito revelou a monstruosa trama entregulista, articulada sob a direção de Roberto Campos, para obrigar as firmas concorrentes a obterem financiamento em dólares mediante associação e subordinação aos trustes norte-americanos, era natural e necessário que se erguesse uma onda de protestos dos mais diversos setores do pensamento antilmerista, exigindo a demissão do responsável direto por aquela maquiagem antinacional. Tais protestos eram tanto mais justificados quando se tem em vista que o critério do BNDE passava a ser a solução adotada oficialmente pelo governo brasileiro. Mais ainda: não se tratava de uma simples decisão episódica, relacionada apenas com o petróleo boliviano, mas de toda uma política executada sistematicamente pelo governo, sob a influência do grupo Lucas Lopes-Roberto Campos, com o objetivo de vincular todos os projetos de desenvolvimento econômico ao financiamento pelo capital e políador dos trustes norte-americanos.

O combate à manobra entregulista de Roberto Campos, entretanto, não pode nem deve significar a adesão dos nacionalistas a uma fórmula, diversa no que tange à forma, mas igualmente antipatriótica pelas suas conseqüências, como a apresentada pelo coronel Alexínio Bittencourt, cujas manobras solertes contra a Petrobrás, desmascaradas pelo movimento nacionalista, conduziram à sua demissão da presidência do CNP. Um ataque unilateral ao presidente do BNDE poderia ser aproveitado pelos agrupamentos entregulistas para tentar fazer vitoriosa a solução do coronel Alexínio, que consiste, em última análise, no desvio criminoso de recursos cambiais destinados à Petrobrás e no seu encaminhamento para a exploração do petróleo subandino por grupos privados. Não é por acaso que esta fórmula vem sendo perflhada pelo único entregulista Carlos Lacerda, que tenta apresentar-se da noite

para o dia como cristão-novo do nacionalismo. Ela significaria, se aplicada, o estrangulamento da Petrobrás.

Tanto a solução de Roberto Campos como a fórmula do coronel Alexínio são igualmente contrárias aos interesses nacionais, porque contrário aos interesses nacionais é o próprio acórdo de Roboré. Concebido como hábil manobra diversionista contra o monopólio estatal do petróleo brasileiro, não há esquema para a execução deste Acórdo que possa superar o seu erro essencial. Esta a posição que assumem as correntes nacionalistas e que foi solidamente fundamentada pelo coronel Albino Silva em sua conferência no Clube Militar, com o apoio entusiástico de milhares de oficiais de nossas forças armadas.

A premissa em que se funda o Acórdo de Roboré é a incapacidade da Petrobrás de abastecer de petróleo o nosso país, tese predileta dos agentes do imperialismo, hoje refutada pelos fatos mais evidentes. Seu objetivo consiste em distrair recursos em capitais e equipamentos que, por serem sabidamente escassos, devem ser concentrados na exploração petrolífera em nosso próprio território. Sua execução importaria em compromissos de tal vulto que forçosamente resultaria na redução acentuada do ritmo de expansão da Petrobrás. A obrigação da compra de 100 mil barris diários de óleo por parte do Brasil, volume que representa mais de um terço do consumo nacional, levaria necessariamente nosso país a diminuir o esforço para a extração do petróleo nos seus próprios campos. E de onde seriam tirados as centenas de milhões de dólares necessários para a construção do oleoduto e do gasoduto, serão do orçamento cambial do país, ou seja, afinal de contas, dos recursos destinados à Petrobrás?

O que se impõe, por conseguinte, ao lado do desmascaramento das fórmulas entregulistas de execução do Acórdo de Roboré, é a eliminação do próprio fundamento em que se baseiam estas fórmulas, isto é, a denúncia do tratado antinacional com que se pretende torpedear a Petrobrás. Esta posição não sómente não contradiz como exige o combate simultâneo à ação antipatriótica de Roberto Campos e de Alexínio Bittencourt. O esclarecimento do povo brasileiro sobre o conteúdo antinacional desse Acórdo determina, precisamente, a necessidade de pôr a nu o sentido entregulista das soluções que são apresentadas para a sua execução.

Exigir a denúncia do Acórdo de Roboré e a demissão do entregulista Roberto Campos, repelindo simultaneamente a fórmula anti-Petrobrás do coronel Alexínio — tal a posição em que se situam, com firmeza e combatividade, as forças patrióticas.

Única Solução: Petrobrás

A defesa da Petrobrás e a denúncia das desvantagens para o Brasil de se pôr em execução o Acórdo de Roboré foram os pontos principais da conferência pronunciada na última quarta-feira, no Clube Militar, pelo coronel Albino Silva, chefe do Estado Maior da 1ª Divisão de Infantaria. A conferência, que estava sendo aguardada com o mais vivo interesse, foi assistida por grande número de militares, parlamentares, estudantes, jornalistas e trabalhadores.

O coronel Albino Silva desmascarou as últimas tentativas feitas contra a Petrobrás, detendo-se particularmente na famosa "denúncia" do coronel Alexínio Bittencourt.

Depois de mostrar, à base de uma sólida argumentação, que o Acórdo de Roboré, de exploração do petróleo fere os interesses nacionais, o coronel Albino Silva afirmou que tanto a solução favorável à participação de capitais estrangeiros como a que exclui essa participação, mas conduz ao sacrifício de nossas atividades econômicas básicas e a atingir a Petrobrás, são soluções condenáveis, contrárias aos interesses da nação. "Temos a sinceridade de afirmar sem vacilações, porque esteada em fatos concretos, em realidades comprovadas, a nossa convicção inabalável de que a Petrobrás é a única solução", declarou o conferencista, sob entusiásticos aplausos.

Por ocasião da palestra do coronel Albino Silva, a diretoria do Clube Militar distribuiu uma moção em que, depois de manifestar apoio às conclusões do relatório da Comissão de Inquérito presidida pelo general Jair Dantas Ribeiro, declara: "Afirma também a diretoria do Clube Militar a sua posição contrária aos ataques sempre renovados — e quase sempre dissimulados — à Petrobrás, destinados a contribuir para a confusão no meio nacional e a dispersão de esforços que devem ser concentrados no desenvolvimento do monopólio estatal do petróleo. Considera, finalmente, que, em termos de petróleo, o Brasil só está presente, onde a Petrobrás está presente, e onde estiver continua a ser, para os militares brasileiros, intocável".

A posição firmemente nacionalista adotada pelo Clube Militar — de defesa da

Petrobrás e de denúncia das desvantagens que resultariam para o Brasil da execução do Acórdo de Roboré — está destinada a alcançar

a maior repercussão e a contribuir para que seja dado ao problema do petróleo a única solução correspondente aos interesses nacionais.

semana PARLAMENTAR

PAULO MOTTA LIMA

Roboré, o Senadinho Vitalício e a Legião dos Cavadores de Empregos

Alguns fatos melancólicos marcaram os últimos dias de trabalho da presente legislatura. No decorrer de quatro anos de atividade alguma coisa de positivo se fez na Câmara e no Senado. E ainda agora, na Comissão de Inquérito que investiga sobre a questão do petróleo boliviano, o parlamento deu oportunidade a que se levasse ao conhecimento público, em forma de denúncia os inconvenientes do Acórdo de Roboré e o que se passa nas altas esferas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, ninho de vitoras entregulistas até agora acobertado, não se sabe porque nem para que, pelo sr. Juscelino Kubitschek.

Entre os fatos melancólicos por último ocorridos na Câmara pode-se citar o surgimento de um rebanho disposto a votar incondicionalmente com o Governo, em troca de empregos ou promessas de empregos. O grosso dessa turma é constituído de deputados não-eleitos, incompatibilizados com o povo, ou por outro qualquer motivo aliçados no Parlamento, muitos desses senhores resolveram arranjar-se, vendendo a consciência.

Foi contando com o apoio dessa gente, que constitui uma turma bem numerosa, que o líder da maioria, sr. Armando Falcão, comandou a batalha da Emenda Constitucional do senadinho vitalício, tendo como chefe de Estado Maior o estrategista Gustavo Capanema. Capanema andou mergulhado em ostracismo desde a madrugada de 11 de novembro, quando sofreu um mal súbito e incontrolável, conseqüência do estado de nervos a que o reduziu a derrota dos golpistas do «Tamarandé». O Governo deliberou retirá-lo do arquivo, fazendo o relator da Emenda, que tramitou em regime de urgência. Urgência por que? Haverá algum antigo Presidente da República tão necessitado, assim de repente, de penetrar no Senado sem ser eleito? O encerramento da discussão da proposição verificou-se em sessão noturna, através de um golpe regimental. E a votação foi igualmente à noite, muito às pressas. Tornava-se necessário reunir em favor da Emenda 2/3 dos votos da casa. Na mobilização do votantes empenhou-se não só o líder da maioria, como também elementos da Casa Civil do sr. Juscelino Kubitschek. Telegramas foram expedidos para todo o Brasil. E de fato houve, graças a tanta diligência, um comparecimento record, sem dúvida garantido pelos não-eleitos, candidatos a empregos.

A tentativa de arranjar o regime democrático e o sistema federativo (segundo a Emenda passaria a ser desigual a representação dos Estados no Monroe) levou as forças do Governo, dentro e fora do Parlamento, a desenvolverem atividades acima do comum. Por que aquilo?

São contraditórias as opiniões a respeito do motivo ou motivos que teriam induzido o sr. Juscelino Kubitschek a atirar na batalha o peso de suas falanges, nas quais se confundiam futuros «chômeurs» e pessoas muitíssimo bem empregadas. O sr. Falcão, com a lista nominal dos deputados em punho, de lápis na mão e olho alerta, marcava, com as cores azul ou vermelha, os que votavam pró ou contra. Dedois as contas seriam ajustadas.

Por seis votos deixou de ser atingido o número necessário à consumação da reforma constitucional que criaria uma nova categoria de senadores, a dos penetras.

A oposição aproveitou-se demagogicamente da fraqueza do governo, cujo interesse no caso foi impossível ocultar, mesmo porque um dos oradores governistas, o sr. Último de Carvalho, teve a habilidade de afirmar, em discurso, que se devia a iniciativa da Emenda «a esse homem de bom coração», que é o atual primeiro magistrado da Nação, desejoso, ainda segundo o sr. Último, de garantir ao sr. Café Filho, no que dependa de dinheiro, uma situação de decôro. Vejam só o problema!

Essa mesma oposição que se aproveitou da chance para combater a Emenda em termos de demagogia, no entanto deliberou substituí-la por um projeto, que concede aos antigos Presidentes pensões equivalentes aos vencimentos de Ministros.

Monsenhor Arruda Câmara é na vida política pecador que tem a alma bastante carregada. Mas os transgressores às vezes também acertam e o antigo vigário de Pesqueira definiu o projeto da oposição, cujo primeiro signatário é o sr. Afonso Arinos, como coisa «muito mais imoral» que a proposição anterior...

Atacando a questão do chamado «confisco cambial», o sr. Sérgio Magalhães falou sobre o problema do café. Assegurou que apesar da grita de alguns fazendeiros e comerciantes contra o chamado «confisco», continua a expansão da área cultivada. Teremos assim na próxima safra um sério acréscimo de estoques, ameaçados de apodrecimento, de vez que, cedendo a resistências entregulistas e a pressões as mais impertinentes de figuras reacionárias do alto clero, deixamos de nos lançar à conquista de novos mercados, fugindo do campo socialista como o diabo foge da cruz. Nessa mesma situação de crise, que tende a se agravar, aumenta-se o preço do dólar-café, estimulando-se a produção destinada a ser destruída.

Procurando definir tal situação, o sr. Sérgio Magalhães afirmou que o oportunismo político na questão do café, estava sacrificando os melhores interesses da República, empobrecendo a ao mesmo tempo.

Esperemos a nova Câmara, que apresentará, felizmente, figuras que a reforcem num sentido democrático e nacionalista. Joguemos nessa, embalsamada em dois períodos de convocação extraordinária quase inútil, a pá-de-cal.

JK Não Pode Ignorar: Atos Concretos Da URSS Pela Paz

«A União Soviética propõe uma reunião de 28 países, entre os quais o Brasil, para estudar um projeto de tratado de paz com a Alemanha. Não quero considerar, nesta oportunidade, os termos da proposição soviética; desejo apenas fazer menção a declarações constantes do convite soviético, onde se contém insistentes afirmações de paz e protestos de concórdia. Antecipando o pensamento brasileiro quanto ao anseio de paz que tão reiteradamente tem sido feito pela URSS, creio ser justo e asado pedir, a quem tantas afirmações pacíficas faz, que dê exemplo prático de tão nobres intenções, obrigando-se, juntamente com o sistema defensivo ocidental, a uma redução efetiva e controlável de seus armamentos e do seu poderio bélico».

Estas palavras, que reproduzimos, textualmente foram lidas pelo presidente da República, sr. Juscelino Kubitschek, numa solenidade dedicada aos novos diplomatas pelo Instituto Rio Branco, do Itamarati, a 22 de janeiro.

Se o sr. Kubitschek assumisse realmente as responsa-

bilidades de um chefe de Estado não ignoraria que a União Soviética não se tem limitado a propostas relativas à consolidação da paz mundial. Teria também o bom senso de não ler tudo quanto lhe metem nas mãos. Raciocinaria que medidas concretas de paz não dependem de uma única potência. De nada vale

qualquer potência tomar iniciativas pacíficas se não encontra correspondência das demais. No caso da Alemanha, por exemplo, a URSS tem insistido na retirada das tropas de ocupação desse país. Mas os Estados Unidos, Inglaterra e França rejeitam sistematicamente esta proposta. No caso do desarmamento, a URSS tem insistido, na ONU e fora da ONU, pela suspensão definitiva das experiências com bombas e outras armas atômicas e de hidrogênio. As potências ocidentais não admitem esta medida. Alegam a dificuldade de controle de sua efetivação, embora os técnicos de todos os países, inclusive os americanos, afirmam que não pode haver prova de semelhantes armas sem a imediata deteção da mesma, isto é, sem o seu registro em qualquer parte do mundo. Quer dizer, os técnicos chegam a esta

conclusão, mas os políticos como Dulles e companhia persistem em continuar as provas atômicas de acordo com seus malogrados planos de guerra de nervo contra a URSS e os países socialistas.

E se se trata de dar provas concretas em favor da paz mundial, porque o governo do sr. Kubitschek já não as deu? Que ou quem impede que o faça?

A quem serve, senão aos autores da «guerra fria», a teimosa atitude do sr. Juscelino em não estabelecer relações entre o Brasil e a URSS? O Brasil como tem salientado o sr. Osvaldo Aranha, é o único grande país do mundo que se obstina em desconhecer a existência da União Soviética. Não faz muito, os jornais divulgaram palavras não contestadas do sr. Kubitschek de que no seu

(CONCLUE NA 4a. PÁGINA)

FERROVIÁRIOS FORJAM À SUA UNIDADE ATRAVÉS DE LUTAS

Agostinho Dias de Oliveira

A Rede Ferroviária Federal S/A vem lançando pelo dos mais revoltantes recursos no sentido de dividir os ferroviários e dificultar, assim, as suas lutas reivindicatórias. Esses recursos variam em cada ferrovia, segundo proporcionem melhores resultados.

Nas empresas que eram consideradas autarquias, quando os ferroviários reivindicam melhorias salariais a administração da ferrovia local alega que os reajustamentos de salário somente podem ser feitos mediante aprovação de lei pelo Parlamento. Enquanto isso, aumenta e reajusta os ordenados dos administradores, pagadores, etc. Dizem que empresas como a Nordeste, Leste Brasileiro, Rede de Viação Cearense e outras, são autarquias, e por isso não podem fazer reajustamento de salários.

Essa argumentação é falsa, porque a própria instrução n. 1 da Rede em sua letra «b», diz que aquelas Estradas que eram organizadas como autarquias, perderam a sua personalidade jurídica própria, passando a operar como divisões administrativas da empresa. Nessas condições, considera que todos os ferroviários estão subordinados à Lei 3.115 somente no que toca aos deveres. Quando, porém, reivindicam direitos assegurados no parágrafo 6 do art. 15 da mesma lei, estes lhes são negados, como está acontecendo com os ferroviários da R.V. F. do Rio Grande do Sul, onde aqueles que não contam 10 anos de serviço estão sendo prejudicados em seus direitos já assegurados pelos Estatutos dos Funcionários Públicos do Estado do R. G. S. Ali os ferroviários conquistaram, através de lutas, adicionais por cada cinco anos de serviços equivalentes a 5% dos salários, e direito a promoções de três em três anos. Com a incorporação da R.V.F. do Rio Grande do Sul à R.F.F. S/A, só terão esses direitos garantidos os ferroviários que contarem mais de 10 anos de serviço. Aos demais esses direitos adquiridos estão sendo negados, ficando eles subordinados à Consolidação das Leis do Trabalho e perdendo os quinquênios e promoções regulamentares.

Desse modo, a lei 3.115 não será aplicada no R. G. do Sul, pois a mesma assegura: «O pessoal das Estradas de Ferro incorporadas, seja qual for a sua situação jurídica, continuará a prestar os seus serviços à Rede, com as mesmas atribuições, direitos, vantagens e vencimentos, que tinham na data da incorporação.»

Cabe, portanto, aos ferroviários, unir-se para opor resistência à burla da lei 3.115, que não está sendo aplicada, não só no Rio Grande do Sul, como também nas demais ferrovias do país. Damos, como exemplo, o quadro estabelecido na própria lei, o qual devia estar organizado dentro de 180 dias, o que até hoje não aconteceu.

A administração da R.F.F. S/A, vem procurando por todos os meios dividir a numerosa família ferroviária, como vem acontecendo na Estrada de Ferro Santos a Jundiá, onde são financiados elementos para organizar «União» e «Associações» com a finalidade de desmoralizar o Sindicato. Na E. de Ferro do Nordeste, através de agentes da administração é realizada propaganda contra a organização sindical e exaltava a organização da União dos Ferroviários do Brasil. Outras ferrovias, a administração da Rede se nega a descontar o Imposto Sindical.

Diante dessa ofensiva da Rede Ferroviária contra os ferroviários, e suas organiza-

ções, cabe aos ferroviários reforçar cada vez mais sua unidade. Graças à luta que travaram é que foi conquistado pelos ferroviários o abono de 30%, só incluído em Lei devido à disposição dos trabalhadores de irem a lutas mais decididas, inclusive a greve, caso lhes fosse negado o aumento.

Os congressos e conferências nacionais de ferroviários

os demonstraram que os mesmos estão dispostos a lutar para que o Parlamento aprove os Estatutos dos Ferroviários, aprovado no IV Congresso dos ferroviários de todo o país homologado com algumas emendas no IV Congresso, realizado em setembro de 1958.

Com a aprovação pelo Parlamento do Estatuto dos Ferroviários a numerosa família ferroviária terá de fato um instrumento legal que garantirá juridicamente os seus direitos. É necessário que para a obtenção dos direitos estatuídos em lei, os ferroviários reforcem suas organizações sindicais, organizando inicialmente associações profissionais nas ferrovias onde já existam mais de 30 ferroviários pagando imposto sindical, pois essas organizações se transformarão em Sindicatos num prazo nunca inferior a 6 meses.

Os ferroviários de todo o país se acham diante de uma nova situação, com a cria-

ção da R.F.F. S/A. Por isso devem enfrentar essa nova situação com novas formas de organização, tendo por base a unidade da classe operária, os ferroviários precisam contar com a ajuda da Federação Nacional dos Trabalhadores Ferroviários e a União dos Ferroviários do Brasil, que são as duas organizações que representam a corporação junto à Administração da R.F.F. S/A, sendo que a Federação representa todos os ferroviários subordinados à C.L.T., e que são a maioria. A União só representa os ferroviários que são considerados servidores públicos os quais participam dos quadros da R.F.F. S/A, como adidos e fazendo parte do extinto quadro 2 do Ministério da Viação e Obras Públicas. São, portanto, duas categorias de ferroviários que precisam encontrar as formas de sua unidade, a fim de assegurar para todos os ferroviários do país os direitos e deveres assegurados na Constituição.

De regresso, afirma o governador Cid Sampaio:

DESEJA A UNIÃO SOVIÉTICA COMERCIAR COM O BRASIL

Em estudos a instalação de uma fábrica de proteínas e uma siderúrgica pela Tchecoslováquia em Pernambuco — Impressões da URSS e da China

Acaba de regressar ao Brasil, após percorrer vários países da Europa e da Ásia, inclusive a Tchecoslováquia, a União Soviética e a China, o sr. Cid Sampaio, o governador eleito de Pernambuco.

Logo após o seu desembarque, o sr. Cid Sampaio fez breves declarações à imprensa, manifestando sua admiração pelo que viu nos países socialistas e afirmando que sua viagem foi «grandemente proveitosa».

FABRICA DE PROTEINAS PARA PERNAMBUCO

Durante sua permanência na Tchecoslováquia, o sr. Cid Sampaio, que é também industrial em seu Estado, manteve contactos com autoridades governamentais, técnicos, bem como teve oportunidade de realizar uma série de visitas a fábricas e diferentes estabelecimentos industriais, tendo sido estudada a possibilidade da montagem de fábricas pela Tchecoslováquia em Pernambuco. Dentre esses estudos, o sr. Cid Sampaio mencionou o que se refere à instalação de uma fábrica de proteínas, tendo como matéria prima caldas das usinas de açúcar. Isto, conforme acentuou, o governador pernambucano, oferece grande interesse econômico para aquele Estado e manifestou sua opinião sobre a viabilidade da instalação de uma dessas fábricas em Pernambuco, cujo custo, acrescentou, já foi orçado em cerca de 40 milhões de cruzeiros.

USINA SIDERÚRGICA

Ainda na Tchecoslováquia, o sr. Cid Sampaio entrou em entendimentos com autoridades governamentais estudando a possibilidade da instalação de uma usina siderúrgica em Pernambuco, para o que os técnicos tchecoslovacos estão elaborando um orçamento para apresentar ao governo pernambucano.

REAJUSTAMENTO DE RELACOES

A visita do governador Cid Sampaio à URSS e à China pôe em evidência, mais uma vez, o anacronismo da posição do governo do sr. Juscelino Kubitschek em fechar os olhos à realidade, com indiscutíveis prejuízos para o Bra-

sil, recusando-se a manter relações normais com aquelas duas potências mundiais. A propósito de sua estada na URSS, após manifestar sua admiração pelo desenvolvimento industrial do país, declarou o sr. Cid Sampaio:

— Sente-se na União Soviética o interesse pelo reatamento de relações comerciais com outros povos, inclusive o Brasil.

A CHINA SURPREENDE

Esclarecendo que o desenvolvimento industrial da URSS é assunto amplamente reconhecido, o governador Cid Sampaio teve palavras de grande admiração pela China. Como foi noticiado, durante sua permanência na República Popular da China, o sr. Cid Sampaio foi recebido pelo presidente Mao Tse-Tung, com quem palestrou pelo espaço de três horas. Além disso, foi alvo de muitas homenagens, almocos etc. O governador pernambucano exorinú-se com as seguintes palavras a respeito de sua visita à China:

— O que surpreende realmente o visitante é a China. Tive oportunidade de visitar uma fábrica de tecidos em Pequim. São teares automáticos e apenas um operário movimentava trinta e dois teares. E todas as máquinas são inteiramente fabricadas na China.

ENTUSIASMO DO POVO
Prosseguindo, declarou o sr. Cid Sampaio:
— Percebe-se na China a existência, no seu povo, de um espírito de realizações e de entusiasmo enorme pelo desenvolvimento e progresso

do seu país. Nota-se a fé, o entusiasmo no desenvolvimento industrial e agrícola.

Segundo observou o sr. Cid Sampaio, nos países socialistas o Estado tem a preocupação constante de realizar investimentos e obter recursos para criar novas indústrias.

Finalizando suas declarações, o governador de Pernambuco abordou problemas da política interna daquele Estado e disse que aproveitou o máximo da sua estada no exterior, colhendo experiências do programa de desenvolvimento que está sendo levado a cabo.

JK Não Pode Ignorar...

(CUL... DA 3ª...)

governo não se entabulariam relações nem diplomáticas nem comerciais com a potência socialista.

Esta posição, por acaso, serve à causa da paz ou da guerra fria?

No entanto, ninguém ignora que as relações normais entre os países, independentemente de seus sistemas sociais, são um importante fator de minoramento da tensão internacional. Da parte da União Soviética, inclusive em recentes entrevistas do Primeiro Ministro Kruschiov a jornalistas brasileiros, têm partido insistentes propostas para boas relações entre os nossos países. Não lhe correspondemos unicamente devido à pressão dos banqueiros e homens de negócio dos Estados Unidos e de mesquinhos interesses da reação interna.

«Atos concretos pela paz» pede o sr. Kubitschek à URSS. Que fez a delegação do governo Kubitschek na última assembleia geral da ONU em favor da paz mundial? Ao contrário, assessorou servilmente a representação norte-americana quando se cogitou de uma medida concreta em favor da paz mundial como o restabelec-

NOTAS sobre LIVROS * ASTROJILDO PEREIRA *

Entre os poetas estreantes de 1958 eu havia anotado o jovem Carlos Fernando Fortes de Almeida, cuja plaquete — Tempos e Coisas merece pelo menos um registro simpático. Esqueci de o mencionar na resenha de poesia; aqui fica o registro, com a fundada esperança de frutos mais amadurecidos para dentro em breve.

Deixei também de mencionar, na ficção, a novela de Maria Alice Barroso — Estamos Sós. Mas deste livro ocupar-me-ei na primeira oportunidade.

Ainda no gênero ficção é necessário consignar as obras de teatro aparecidas no ano findo. Não foram numerosas, mas por sua qualidade enriqueceram o teatro nacional. Já me referi noutra parte ao drama de Rachel de Queiroz — Maria do Egito, beleza de realização literária. Guilherme Figueiredo publicou em livro A Raposa e as Uvas, peça já universalmente famosa, premiada em festival de teatro na URSS. Zora Seljan publicou dois volumes: Três Mulheres de Xangô, contendo 3 peças — Oxum Abalô, em 3 atos, Iansan, Mulher de Xangô, em 3 atos, e A Orelha de Obá, em 1 ato; e Festa do Bonfim, peça em 3 atos. Tudo do rico folclore negro, coisas de macumba e adjacências, mundo misterioso, feérico, carregado de estranhas emoções, que Zora sabe captar com admirável senso poético, parece que em secreta comunicação com os seus motivos e personagens. Se não me engano, Zora Seljan encontrou o seu grande caminho.

Sem sair do assunto teatro, devemos registrar a publicação dos Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro, em edição do Ministério da Educação e Cultura. O Congresso reuniu-se na cidade do Salvador, em setembro de 1956, por iniciativa da Universidade da Bahia, no quadro das comemorações do décimo aniversário desse instituto de ensino superior. Sua realização revestiu-se de extraordinária importância cultural, e dela participaram numerosos professores brasileiros e estrangeiros, filólogos, linguistas, especialistas nas diversas matérias constantes da ordem do dia. O volume dos Anais, de cuja publicação se encarregou a direção da Biblioteca Nacional, e que encerra todo o material apresentado à apreciação do Congresso, constitui inestimável repositório científico e técnico, trabalho de primeira ordem que se incorpora ao patrimônio cultural da Nação.

—X—

A crônica, gênero vário, em que podemos encontrar ficção e realidade, poesia e crítica, ensaio e humorismo, filosofia e moralidade, alegrias e tristezas da vida cotidiana, desenvolve-se no Brasil como forma de expressão literária que alcança crescente prestígio. Sua tradição vem de José de Alencar e Machado de Assis, e quase não há grande nome da nossa literatura que a não tivesse praticado, ainda que passageiramente. João do Rio, por exemplo, permaneceu vivo em nossas letras principalmente como cronista, o grande cronista da época de renovação do Rio, no começo do século, inquieto, irônico, vibrátil, brilhante como a própria cidade que crescia com ímpetos, rediões e imprevistos perturbadores.

Em 1958 saiu dos prelos boa quantidade de volumes de crônicas, entre os quais um precisamente de mestre Machado de Assis — Crônicas de Lúcio, recolhidas de velhos jornais do século passado. O veterano Alvaro Moreira, que completara em outubro 70 anos de idade, publicou já nos últimos dias do ano o volume — Havia uma Oliveira no Jardim. De Rubem Braga e Rachel de Queiroz, mestres no gênero, apareceram coletâneas com título idêntico — 100 Crônicas Escolhidas. Outro veterano, Henrique Pongetti, lançou Encontro no Aeroporto, e o jovem Sérgio Porto estreou com O Homem ao Lado, recebido com aplausos gerais pela crítica.

Todos esses cronistas são escritores excelentes, cada qual à sua própria maneira; mas a verdade é que frequentemente assumem posições políticas deploráveis, sobretudo quando se supõem colocados em terreno a-político. Bons escritores, mas políticos.

de agressão as hostilidades anglo-francesas contra o Egito na questão do Canal de Suez, como foi um ato de guerra a ocupação do Líbano pelo Estados Unidos.

«Atos concretos pela paz» reclama a URSS o sr. Kubitschek. Mas, de fato, estamos entrosados nos planos de guerra dos imperialistas americanos quando lhe cedemos a ilha de Fernando de Noronha para instalação de uma base de foguetes teleguiados, tornando nosso país alvo de possíveis represálias.

E finalmente, até mesmo um jornal conservador como o «Correio da Manhã» reconhece ao comentar o discurso do sr. Kubitschek, que nossas despesas militares estão muito além das nossas possibilidades, quando nos destinamos a morrer de fome, quando por todo o país se erguem protestos e ações de recesso contra o descontrole do aumento do custo da vida.

Estes são os fatos incontestáveis. O sr. Kubitschek tem o dever de pelo menos meditar um pouco no que lhe dão para ler, sobretudo quando se trata de problemas sérios como os problemas internacionais, de questões sérias como a paz mundial, que não pode ser tratada levianamente, como se se dançasse uma valsa.

GREVE SE NÃO FÔR PAGO A PARTIR DE JANEIRO

- ★ Não há dúvida sobre os aumentos de preços, mas há sobre o novo salário
- ★ 13 de fevereiro: assembléia monstro para decidir sobre a greve se persistir a intransigência patronal

Os novos e escorchantes aumentos nos preços dos gêneros de primeira necessidade, transportes coletivos, cinemas, etc., são certos e inadiáveis, e a população já os está pagando. O pagamento do novo salário mínimo a partir de janeiro, porém, continua sendo fluído para a maior parte dos trabalhadores. É sabido que a Confederação Nacional da Indústria, em pronunciamento público, insinuou aos empregadores que procedessem da forma julgada mais conveniente. Diante disso, uma série de entidades patronais, entre elas a Federação das Indústrias do Distrito Federal e o Centro das Indústrias do Rio de Janeiro, manifestaram-se contra a vigência do novo salário a partir de janeiro.

A esta altura já se sabe, que, no Distrito Federal e em São Paulo, há empregadores que estão pagando o novo salário e outros que resistem a fazê-lo. Na capital paulista a maior resistência verifica-se na indústria de construção civil.

AUMENTADAS AS TARIFAS MAS NÃO OS SALÁRIOS

O descontentamento entre os trabalhadores e a população é grande, pois os órgãos controladores apressam-se em conceder aumentos de preços e de tarifas por conta do novo salário mínimo, enquanto este, em muitos lugares, não está sendo pago nem sequer pelas empresas diretamente beneficiadas com os aumentos que agravam o custo da vida.

Em Belo Horizonte, segundo informam os jornais, os líderes sindicais procuraram o prefeito da cidade para exigir-lhe a suspensão dos aumentos de passagens concedidos aos proprietários de ônibus e lotações. Isso por-

O PC AMERICANO E A VITÓRIA DO POVO CUBANO

O semanário "The Worker", órgão do Partido Comunista dos Estados Unidos, publica um artigo de Eugene Dennis, secretário nacional do Comitê Nacional do Partido, dedicado à vitória do movimento armado em Cuba.

Dennis assinala que o vitorioso movimento que pôs por terra o tirano Batista, foi dirigido por uma frente nacional, composta pelo "Movimento 26 de Julho", o Partido Republicano, o Partido Liberal, o Partido Socialista Popular (comunista) e outras forças populares.

A luta revolucionária dos heróicos insurretos encabeçados por Castro, juntamente com a decisiva greve geral dos operários, camponeses, intelectuais e pequenos patrões, puseram abaixo a ditadura de Batista, controlada e apoiada pelos imperialistas norte-americanos. A vitória desta luta, onde o Partido Socialista Popular desempenhou importante papel, é inseparável da grande ascensão da luta dos povos da América Latina, Ásia e África pela democracia e a libertação nacional.

Por fim, Dennis declara que as forças progressistas dos Estados Unidos se opõem a qualquer tentativa do Departamento de Estado norte-americano, ou do Pentágono, de interferir nos assuntos internos de Cuba. Aquelas forças apoiam insistentemente a luta do povo cubano pela liberdade, a democracia, o progresso social, a paz e a amizade entre as nações.

clamam continuar operando, fecham suas portas, lançando grande número de operários no desemprego e atribuindo o fato a não poderem pagar o novo salário.

S. T. F.: VIGÊNCIA A PARTIR DE JANEIRO
Quanto ao aspecto legal da vigência do novo salário a partir de janeiro, continua havendo controvérsia na Justiça. A 15ª Junta de Conciliação e Julgamento do Distrito Federal, julgou improcedente a reclamação de uma comerciante que pedia lhe fossem pagos à base de 6 mil cruzeiros, a indenização e o aviso prévio a que tinha direito. A Junta considerou que, segundo a lei, o salário mínimo somente entre em vigor sessenta dias após ser decretado.

No entanto, a CNTF divulgou um comunicado no qual dá ciência de um pronunciamento do Supremo Tribunal Federal, em novembro de 1958, reconhecendo a competência do Presidente da República para fixar a data de vigência do novo salário. No dia 21 de janeiro corrente, essa mesma alta corte de Justiça, emitiu outro pronunciamento favorável à vigência do novo salário mínimo a partir de janeiro, em face de não terem os empregadores dado entrada em recurso dentro do prazo estabelecido.

Ante esses dois pronunciamentos do STF, o Ministro Delfim Moreira, do TST, declarou à imprensa que positivamente a Justiça do Trabalho modifique os seus pontos de vista sobre a questão — pontos de vista que têm sido desfavoráveis aos trabalhadores.

PUNIÇÃO PARA OS QUE NÃO PAGAREM
Interrogados pelos jornais sobre as providências que o governo está tomando para obrigar o cumprimento do decreto presidencial, o Ministro do Trabalho anunciou que serão multadas as empresas que a isso se negarem.

O diretor da Divisão de Fiscalização do Trabalho disse, falando à imprensa: «Os infratores serão autuados com a lavratura de quatro autos — um por desrespeito ao decreto do salário mínimo; outro por falta das necessárias anotações nas cartelas profissionais; um terceiro, pela falta de registro no livro ou na ficha de alteração do salário mínimo; e o último, culminando a penalidade caracterizada pela resistência e embaraço à fiscalização».

PREVINEM-SE OS TRABALHADORES
Não obstante todas as afirmações das autoridades quanto ao cumprimento do decreto presidencial, os trabalhadores sabem que somente lutando conseguirão vencer a resistência dos patrões. Por isso tomam medidas para fazer frente à eventualidade dos empregadores quererem cumprir as ameaças de não pagamento.

Em São Paulo, os dirigentes sindicais, embora dizendo não acreditar que os empregadores deixem de cumprir o decreto, prepararam-se para enfrentar com a greve a situação nas empresas que se mostrarem recalcitrantes.

No Distrito Federal, a CNTF, que vem reunindo semanalmente o seu Conselho Consultivo para estudar o problema, deverá realizar uma grande reunião no dia 13 de fevereiro para tratar das medidas necessárias à deflagração de uma greve geral no dia 17 do mesmo mês, caso os empregadores, apesar de todas as disposições governamentais, não tiverem efetuado o pagamento correspondente ao mês de janeiro dentro dos novos níveis salariais.

de matérias-primas e das regiões de consumo;

6) o incremento da produção agrícola será de 70 por cento. A política agrícola terá por diretriz a mecanização dos trabalhos e a urbanização dos colchozes. Assim, considera Kruschiov, "a exploração dos lotes individuais perderá seu interesse e a propriedade colkhosiana se aproximará da propriedade comunista. Em suas compras o Estado só ouvirá os que fazem as melhores ofertas, os sovkhoses (fazendas estatais) serão chamados, como estações-piloto, a fazer concorrência aos preços colkhosianos. O incremento das rendas dos colchozes estará, pois, unicamente em função do aumento da produção e da redução dos preços de revenda.

Cênea de 500 bilhões de rublos serão aplicados na agricultura, dos quais 150 bilhões pelo Estado e o resto pelos colchozes, isto é, 250 bilhões para os trabalhos de organização da produção e 95 bilhões para a compra de material agrícola.

Segundo o plano, a URSS se propõe de aumentar a sua produção de matérias-primas

Questão Aberta

JOÃO ANTONIO

O sr. Fernando Nóbrega, ministro do Trabalho, visitou, na Câmara, a Comissão de Inquérito que investiga sobre as condições em que vivem os mineiros de carvão do sul de Santa Catarina. Diante do ministro foram feitas exposições. Exibiram-lhe fotografias, onde aparecem as bocas das minas, dando entrada a galerias de cerca de um metro de altura.

Depois de julgar oportuno o trabalho da Comissão, o sr. Fernando Nóbrega declarou que até então ignorava a situação em que se encontravam aqueles trabalhadores.

A exposição de elementos colhidos na Comissão Parlamentar de Inquérito levou o ministro a observar que os mineiros catarinenses estão sendo tratados como animais.

Circulou rapidamente pelas corredores da Câmara a notícia de que o próprio ministro do Trabalho considerava que os mineiros de Santa Catarina estão sendo tratados como animais.

Da própria Câmara, há mais de dois anos, por iniciativa do sr. Elias Adame, seguiu para Santa Catarina uma numerosa caravana de jornalistas, acompanhada de alguns parlamentares. Essa caravana percorreu todos os municípios mineiros. All viajou de trem e de ônibus. Eram representantes de jornais das mais diversas tendências. Tão impressionante foi o quadro observado que essa mesma Comissão de Inquérito, ainda hoje em funcionamento, recolheu material para seu livro, indiferentemente, em todos os depoimentos, no "O Globo", nos "Assírios" ou na "Imprensa Popular".

Os mineiros receberam de braços abertos os parlamentares e jornalistas. Entraram com eles em suas galerias onde só se pode penetrar de escoras. E demonstraram que ali trabalhavam na realidade, e não oito e dez horas por dia. Sim, há vezes 10 horas por dia. Nas minas observa-se teoricamente o horário especial de menos de oito horas, dadas as condições de insalubridade. Mas há um jobo denominado no pagamento dos salários e por isso os mineiros, que por lei deveriam trabalhar menos de oito horas, em muitos casos trabalham 9 e até 10 horas, para que não morram de fome. Para que não morram em poucos meses, pois em poucos anos eles morrerem inevitavelmente. Nas minas de Santa Catarina, morre-se antes de atingir a velhice, morre-se dos trinta e aos quarenta anos. As minas são celeiro de vilas e consomem um precioso material humano. São descendentes de colonos poloneses, russos, ucranianos, alemães ou italianos. São brasileiros de quatrocentos anos, que representam o caldeamento de três raças. Vivem num mundo à parte e até a sua maneira de falar é original. Acompanham, porém, o que se passa a céu aberto. Em todo o mundo e seu espírito de solidariedade é extraordinário. As donas de casa convidavam os visitantes a ver os barracos onde moram as famílias mineiras. Barracos de madeira com frestas nas paredes e soalhos, por onde penetra o vento frio no inverno. Destampavam, sem nenhum preconceito, suas pobres panelas, mostrando um ralo cheio de feijão a ferver no fogo. E diziam, muito sumariamente: "Comida para tantas pessoas!" Em volta, crianças raquíticas exibiam os efeitos daquela alimentação, insuficiente e impropria.

Tem razão o ministro ao afirmar que os mineiros do sul de Santa Catarina são tratados como animais. É preciso, porém, que o sr. Fernando Nóbrega vá até lá, veja toda a verdade e procure examinar as causas daquela miséria.

DESAFIO ESSENCIALMENTE PACÍFICO...

PRINCIPAIS TESE DO PLANO SEPTENAL

Conclusão da pag. central

O plano do plano septenal 1959-1965, apresentado ao congresso por Kruschiov, é inspirado nas seguintes teses gerais:

- 1) esse plano é apenas uma fase. Ele é parte integrante de um programa econômico, elaborado para um período de quinze anos e que deverá permitir duplicar, talvez triplicar a produção das indústrias-chave.
- 2) durante o próximo septênio, o incremento geral da produção industrial será de 80 por cento. A prioridade do desenvolvimento da indústria pesada será rigorosamente mantida: sua produção aumentará de 85 a 88 por cento, ao passo que a dos bens de consumo aumentará de 62 a 65 por cento;
- 3) aumento da rentabilidade das empresas é designado com o objetivo número um a

tes países, assim como a União Soviética, poderão emprender a construção do comunismo.

atingir. Será acelerada "a utilização máxima das reservas interiores que permaneceram inexploradas". Assim, sobre os 1940 bilhões de rublos, previstos para as aplicações, a metade provirá da redução dos preços de revenda;

4) a exploração das riquezas naturais e a valorização das regiões orientais estarão no centro da atenção geral: 40 por cento das aplicações serão distribuídos na Sibéria, Urais e Extremo Oriente e Ásia Central e sua participação na produção industrial do país será elevada a 44 por cento;

5) a modernização, a mecanização, a automatização das empresas existentes serão elevadas ao máximo, tendo prioridade sobre a construção de novas usinas. As indústrias de transformação serão aproximadas das fontes

de matérias-primas e das regiões de consumo;

6) o incremento da produção agrícola será de 70 por cento. A política agrícola terá por diretriz a mecanização dos trabalhos e a urbanização dos colchozes. Assim, considera Kruschiov, "a exploração dos lotes individuais perderá seu interesse e a propriedade colkhosiana se aproximará da propriedade comunista. Em suas compras o Estado só ouvirá os que fazem as melhores ofertas, os sovkhoses (fazendas estatais) serão chamados, como estações-piloto, a fazer concorrência aos preços colkhosianos. O incremento das rendas dos colchozes estará, pois, unicamente em função do aumento da produção e da redução dos preços de revenda.

Cênea de 500 bilhões de rublos serão aplicados na agricultura, dos quais 150 bilhões pelo Estado e o resto pelos colchozes, isto é, 250 bilhões para os trabalhos de organização da produção e 95 bilhões para a compra de material agrícola.

Segundo o plano, a URSS se propõe de aumentar a sua produção de matérias-primas

de energia. A produção mineral passará de 88,8 milhões de toneladas em 1958 a 150-160 milhões de toneladas em 1965. Para o ferro fundido, de 39,6 milhões a 65-70 milhões; para o aço, de 51,9 milhões a 85-91 milhões de toneladas; para o petróleo, de 11,3 a 290,240 milhões de toneladas; para a eletricidade, de 233 bilhões de kwh. a 500-520 bilhões de kwh. O número de veículos-automóveis produzidos num ano passará de 511.000 a 750.856.000.

No curso do septênio, a renda nacional aumentará de 62 a 65 por cento. A mão-de-obra empregada será ampliada de 11.000.000 de pessoas, e em 1965 estarão ocupados na economia nacional 68.000.000 de operários e funcionários.

O plano prevê, por outro lado:

- 1) um novo progresso da indústria química; cem bilhões de rublos de aplicações e triplicação da produção;
- 2) remodelação do sistema energético, pela construção de novas centrais termicas, a colocação em serviço de várias centrais atômicas, e, sobretudo, pelo incremento prioritário da produção de combustíveis mais econômicos, petróleo e gás, cuja produção deverá respectivamente duplicar e quintuplicar sendo elevada sua participação no balanço energético a 51 por cento;

3) a modernização dos transportes, triplicando a extensão das linhas elétrificadas, que atingirão, em 1965, 100.000 quilômetros. O tráfego aéreo aumentará de seis vezes; 90 aeródromos serão construídos ou modernizados. Enfim, a produção de diamantes aumentará de 14 vezes.

O plano de Kruschiov prevê, por outro lado, a construção de 650 a 660 milhões de metros quadrados de superfície de habitação (16 milhões de apartamentos nas cidades e sete milhões de casas rurais). O número de anos nas escolas primárias ascenderá a 40.000.000, em 1965, de 30 milhões em 1958. Durante o septênio, 2.300.000 especialistas sairão dos estabelecimentos de ensino superior, 100 novos centros de televisão serão construídos. A tiragem global de livros ascenderá em 1965 a 1.600.000.000 (um bilhão e seiscentos milhões) de exemplares. Enfim, 25,4 bilhões de rublos serão aplicados nos serviços de saúde pública.

AINDA É POSSÍVEL ARRANCAR SALAZAR DO PODER POR MEIOS PACÍFICOS ?

«É ainda possível arrancar Salazar do Poder por meios pacíficos?» — esta questão é formulada cada vez com maior frequência por muitos portugueses, notadamente depois da última campanha eleitoral e dos acontecimentos políticos que se lhe seguiram. A este tema, um dos dirigentes do Partido Comunista Português, sob o nome de João, escreve um artigo no n.º 17 do «O Militante», boletim do CC do PC Português, intitulado: «Acêrca da possibilidade de uma solução pacífica do problema político português.»

O artigo em foco foi escrito em outubro, depois de uma reunião do Comitê Central do Partido, durante a qual foi apreciada a movimentação política no país antes e depois da última campanha eleitoral e essa luz precisa alguns pontos básicos da orientação do Partido.

SOLUÇÃO PACÍFICA, OU VIOLENTA?

Um desses pontos básicos é a possibilidade de uma saída pacífica para a situação política nacional. Segundo o articulista, o Partido considera que essa possibilidade ainda existe, tendo sido dados passos importantes nesse sentido, a grande movimentação nacional de antes e depois das eleições, assim como a própria concorrência ao ato eleitoral. Isso criou algumas condições fundamentais da viabilidade da saída pacífica, como:

— apesar das divergências ideológicas existentes, agruparam-se em uma só frente todas as forças anti-salazaristas;

— a classe operária afirmou-se insofismavelmente como a força política dirigente na luta nacional anti-salazarista;

— sob a pressão do movimento popular, o aparelho governamental do salazarismo abriu profundas brechas, foram visíveis a desagregação e o pânico nas fileiras do regime e as suas chagas ficaram bem patentes aos olhos do povo.

Apesar de que estes fatores não foram ainda suficientemente fortes para obrigar o salazarismo a recuar e ceder perante a nação, a solução pacífica do problema nacional só será possível quando eles se manifestarem no mais elevado grau, prossegue o articulista.

A SOLUÇÃO PACÍFICA E A VIOLENCIA, EM GERAL

A solução pacífica, entretanto, não exclui toda e qualquer violência, não exclui os choques e as manifestações violentas. Em face da obstinação de Salazar manter-se no poder e de recorrer ao terror para sufocar a vontade da nação, as massas populares, devem estar preparadas para enfrentar e responder a novos atos de violência da camarilha governante. «A nossa rica experiência nacional — diz, textualmente — e a outros povos fustiram que uma ou outra ação violenta não é suficiente para alterar o caráter pacífico de uma revolução popular. Por exemplo, nos nossos dias, um caso típico de solução pacífica é o do Iraque. A nossa revolução de 5 de outubro (refere-se à revolução republicana de 1910, que derrubou a monarquia em Portugal — N. da R. da V.O.), apesar de alguns, tipos e umas tantas mortes, é também outro exemplo de revolução pacífica.»

Em resumo, tendo em vista a brutalidade com que Salazar reprime as lutas populares, pode-se prever que tais ações e choques de caráter violento se produzirão inevitavelmente.

É POSSÍVEL UMA REVOLUÇÃO VIOLENTA?

Continuando, o articulista examina a possibilidade contrária, isto é, de Salazar re-

ra as posições da classe operária e do seu Partido outras camadas da população portuguesa interessadas numa imediata mudança de regime. Mesmo certas pessoas que ainda estão ligadas ao salazarismo, mas que estão profundamente descontentes com a sua política, poderão ser



ganhas para a luta anti-salazarista.

Alertando para a possibilidade de surgirem desvios oportunistas de direita, o revisionismo, afirma o articulista que é oportunismo do mais puro ligar a possibilidade de solução pacífica à exclusiva decomposição do regime fascista, em consequência, apenas, de suas contradições internas. As transformações que se operam na sociedade são tanto mais revolucionárias quanto maior seja o papel dirigente da classe operária e do seu Partido.

O fato de a classe operária e o seu Partido — continua — encabeçarem entre nós a luta pela solução pacífica é uma garantia de que esta orientação não será nunca um caminho oportunista, mas uma via verdadeiramente revolucionária.

A SOLUÇÃO PACÍFICA E A LUTA DE CLASSES

A luta por uma solução pacífica não implica o abandono da luta de classes — afirma, a seguir, o articulista prosseguindo: «a Constituição de uma larga frente de luta, anti-salazarista que vá desde a classe operária à burguesia nacional e dos comunistas aos salazaristas descontentes não anula, antes exige, a luta de classes.»

A luta de classes é necessária e inevitável. Necessária porque força a unidade da classe operária e a aliança operário-camponesa — base da frente anti-salazarista e da conquista da democracia. Inevitável porque não é possível eliminar os interesses antagonísticos numa composição tão heterogênea de classes.

Entretanto, acentua o documento, é preciso impedir que a luta de classes conduza à rutura da frente anti-salazarista. Para isto, é necessário, no plano tático, que a luta de classes seja dirigida principalmente contra Salazar e os monopólios que ele representa.

No que se refere à luta por aumento de salários, contra toda exploração, inclusive por parte da burguesia nacional, os trabalhadores devem saber encontrar em cada caso concreto as formas justas de combater estes inimigos. «Mas, como a contradição principal é a que opõe o salazarismo à nação portuguesa, a luta pelo aumento de salários não deve ser fundamentalmente, dirigida contra a burguesia nacional não monopolista, mas contra a política de congelamento de

salários do salazarismo, servidor dos monopólios.»

Através da luta, a burguesia nacional deve ser levada a compreender que não pode haver nenhum progresso na indústria, na agricultura e no comércio do país, senão através do aumento do poder de compra das massas. E só mediante a luta dos trabalhadores a burguesia nacional o compreenderá.

DUAS QUESTÕES

Concluindo, o articulista adverte para o fato de que a possibilidade da saída pacífica para a atual situação política em Portugal (que significa, ainda, a substituição de um regime burguês, embora fascista, por outro regime burguês, embora democrático), não deve ser confundida com a questão da passagem pacífica do país ao socialismo (que significa uma mudança radical de um regime social por outro).

Por fim, não devem ser identificadas as situações existentes em Portugal e na Espanha, apesar da Declaração comum dos dois partidos sobre a possibilidade de uma solução pacífica em ambos os países. «Para o povo espanhol, onde o franquismo se instalou no Poder depois de uma cruenta guerra civil de quase três anos, que ceifou um milhão de vidas, o problema da solução pacífica tem um significado muito mais vivo e profundo.»

DICIONÁRIO

Conexão e Interação dos Fenômenos —

É um dos princípios fundamentais do método dialético marxista, segundo o qual os diferentes fenômenos da natureza e da sociedade não se encontram isolados e independentes uns dos outros, mas, ao contrário, ligados organicamente entre si, dependendo uns dos outros e se condicionando reciprocamente. O método dialético ensina que nenhum fenômeno pode ser estudado e compreendido se não se leva em conta as condições existentes ou a ligação indissolúvel do fenômeno dado com os demais fenômenos, a ele ligados. Compreender um fenômeno qualquer é descobrir a sua ligação causal com outros fenômenos. Será impossível, por exemplo, explicar a evolução das plantas e dos animais fazendo-se abstração das condições de sua existência. Nem se poderia explicar o caráter anti-imperialista da revolução em nosso país sem se ter em conta o fenômeno da penetração dos monopólios norte-americanos em nossa vida econômica e política e as suas ligações com uma série de outros fenômenos da sociedade brasileira.

É necessário, portanto, descobrir sempre a relação de causa e efeito que há entre os fenômenos, os fatos, os acontecimentos. Entre a causa e o efeito, há uma ação recíproca. Assim, todo regime político é determinado pelo regime econômico, que o engendra. Mas o poder político, por sua vez, exerce uma influência considerável sobre o regime econômico.

O princípio da conexão e da interação dos fenômenos põe à luz um fato essencial: o mundo é regido por leis, não são as contingências que dominam na natureza e na sociedade, não são os desejos individuais que imperam no mundo. Assim, os regimes e os movimentos sociais devem ser estudados, não segundo a vontade dos homens, mas do ponto-de-vista das condições que os engendram e às quais estão ligadas. Dessa forma, se o modo de produção capitalista foi progressista em certas condições históricas, tornou-se hoje, em escala mundial, um obstáculo ao progresso social.

O princípio da ligação dos fenômenos tem, como se vê, uma incalculável importância para a atividade prática do partido da classe operária. Ele permite definir, de modo justo as tarefas em cada momento, segundo as condições históricas existentes. Não levar em conta esse princípio é resvalar para o subjetivismo, para a incidência em erros profundamente nocivos à luta revolucionária. Uma condição essencial, para que esse princípio marxista seja realmente aplicado na atividade política é o conhecimento cada vez mais profundo da realidade que nos envolve.

VIDA DOS PARTIDOS COMUNISTAS

O P. C. Francês e as Eleições Municipais

Acaba de realizar-se em Paris uma reunião do Comitê Central do Partido Comunista Francês, durante a qual o secretário do Partido, Jacques Duclos, apresentou um relatório sobre a situação política e a preparação para as próximas eleições municipais.

No seu discurso, Duclos analisou a política externa, as medidas econômicas e políticas do governo e indicou as tarefas atuais do Partido Comunista.

Duclos acentuou que a guerra na Argélia impôs uma insuportável carga de despesas militares à França e tornou o país dependente dos empréstimos estrangeiros, notadamente dos empréstimos dos Estados Unidos e da Alemanha Ocidental.

Com o constante aguçamento das contradições econômicas entre os países da Europa Ocidental, a França foi levada à desvalorização do franco e a expor seriamente a segurança da indústria e do comércio franceses. Tais medidas colocam as médias e pequenas empresas em situação ainda mais difícil e agravam a recessão econômica, resultando numa ulterior diminuição do número de empregos e dos salários. A política do governo é favorável exclusivamente ao capital monopolista.

Duclos analisou as medidas econômicas e financeiras do governo. afirmou que o capital financeiro desfechou um ataque contra o povo trabalhador. O ataque ao sistema parlamentar pelos reacionários mostrou as contradições entre os diferentes grupos da burguesia e sua debilidade. O fato também revelou uma intervenção aberta do capital monopolista na direção dos negócios do Estado.

No interesse do povo e do

à base de uma política de salvação nacional para barrar o caminho às forças da reação e do fascismo. A política de salvação nacional preconiza a negociação da paz na Argélia, redução do orçamento militar, a salvaguarda da independência da França, um mais alto nível de vida para as massas e repele as medidas antidemocráticas do governo.

Também recomenda a defesa dos direitos e liberdades dos corpos governativos locais, dos conselhos municipais.

A sessão conclamou todos os eleitores, homens e mulheres, a converter as próximas eleições municipais numa "batalha pela democracia e a liberdade, pela paz e contra a pobreza" e a votar pelos candidatos comunistas ou por aqueles apoiados pelo Partido Comunista.

De acordo com a resolução, naquelas localidades onde as eleições se realizarem sob o sistema proporcional o Partido apresentará suas próprias listas. Os comunistas também apresentarão candidatos próprios nas localidades onde as eleições se realizarem sob o sistema de votação majoritária em dois turnos e nas quais o Partido Comunista tenha influência predominante. Também é previsto o lançamento de listas conjuntas com outros partidos republicanos, antes do segundo turno das eleições. Nas demais localidades, o Partido Comunista sugere que sejam apresentadas listas republicanas de unidade no primeiro turno do pleito, a fim de isolar os reacionários.

AS COMUNAS POPULARES SÃO A AURORA DO COMUNISMO

PEQUIM, Janeiro (Especial para VOZ OPERARIA) — Por ocasião das festividades que assinalaram a entrada do novo ano, o jornal «Bandeira Vermelha», órgão teórico do Comitê Central do Partido Comunista da China, publicou um editorial especialmente dedicado à análise da experiência das Comunas Populares, à luz da recente resolução do Comitê Central sobre a questão.

RESOLUÇÃO DE SIGNIFICADO HISTÓRICO

Acentua o editorial o caráter de alta significação histórica de que se reveste a resolução da 6ª. sessão da 8ª. reunião plena do C. C. do Partido Comunista da China sobre várias questões relacionadas com as Comunas Populares, proposta pelo Presidente Mao Tse-Tung.

A resolução, diz o editorial, sistematiza o acervo de experiências recolhidas no curso do desenvolvimento das Comunas Populares, e aprofunda questões fundamentais delas decorrentes, analisadas sob o ponto de vista teórico e político.

«A nossa tarefa atual é desenvolver a mais ampla divulgação e a educação no seio do Partido e das massas do povo, a fim de fortalecer as Comunas Populares e a sua liderança como sistema, promover a sua consolidação e assegurar a elevação constante dos índices de trabalho e produtividade dentro de cada Comuna, de acordo com a resolução.»

COMUNAS: CRIAÇÃO DAS MASSAS

Mais adiante diz o jornal, referindo-se às Comunas Populares como uma forma de organização em larga escala, na qual a indústria, a agricultura, o comércio, os assuntos educacionais e militares estão perfeitamente entrosados, e o governo e as organizações econômicas integradas num só todo: as Comunas Populares são a grande criação das massas de nosso país sob a liderança do Partido Comunista. O grande salto na construção da China Socialista, antes de tudo, e o grande salto na produção agrícola fizeram com que as massas camponesas vissem com perfeita clareza a incapacidade em que se encontravam as cooperativas, como formas de produção agrícola, de atender às necessidades crescentes do desenvolvimento.

«Antes do aparecimento das Comunas Populares as massas, em diversas regiões, tentaram aperfeiçoar a organização e o sistema de produção agrícola das cooperativas, experimentando várias formas. Em numerosas regiões muitas cooperativas se uniram para formar unidades maiores; essas unidades de maior envergadura estendiam os seus objetivos e começaram a desenvolver a sua própria indústria. Em algumas delas fundiram-se a agricultura, o artesanato, a produção de bens de consumo, o comércio e o crédito. Em inúmeras outras a organização do trabalho se desenvolveu, fortaleceu-se o sistema da cooperação e, não raro a cooperação entre os seus membros transpôs os seus próprios limites, e até mesmo os limites das províncias. Para atingir as metas traçadas para o grande salto várias cooperativas instalaram restaurantes coletivos, as creches e os jardins de infância, o que permitiu a muitos camponeses darem ao trabalho coletivo a parte de tempo que consumiam em tarefas individuais.»

No verão de 1958, diz o editorial, quando inúmeras cooperativas agrícolas modificaram o seu sistema original de pagamento à base de dias-trabalho, as Comunas Populares, em sua atual forma, começaram a surgir. O êxito que alcançaram as primeiras serviram de exemplo para a criação de outras e mais outras Comunas Populares, até que, gradativamente, a transformação das antigas cooperativas em Comunas se transformou num movimento de massas. O Presidente Mao Tse-Tung, frisa o

jornal, deu ao movimento o seu caloroso apoio, proclamando, no momento oportuno, que a meta a atingir deveria ser a gradativa e sistemática formação das Comunas Populares, nas quais a indústria, a agricultura, o comércio, a educação e os assuntos militares se entrosassem de tal forma a torná-las as unidades básicas da sociedade na China.

De acordo com a proposta do camarada Mao Tse-tung a sessão ampliada de agosto de 1958, do Birô Político do C.C. do Partido Comunista, aprovou uma resolução para o estabelecimento das Comunas Populares nas áreas rurais. Quando da 8ª. reunião plena do C.C., já existiam mais de 26.000 Comunas Populares nas regiões rurais do país e mais de 120.000.000, ou seja mais de 99% das famílias camponesas já integravam as novas unidades básicas da sociedade chinesa.

SUPERIORIDADE PROVA-DA DAS COMUNAS POPULARES

Analisando as vantagens provadas do regime estabelecido pelas Comunas Populares sobre o sistema das cooperativas agrícolas, prossegue o editorial do «Bandeira Vermelha»:

«Tomando por base o verão do ano passado, a história das Comunas Populares tem apenas, seis meses. Nesse breve período as Comunas Populares demonstraram claramente a sua superioridade no que toca ao desenvolvimento da produção, organização do sistema de distribuição, e a unificação dos elementos sobre os quais assentam as condições de vida, e sob vários outros aspectos.

A partir da transformação das cooperativas agrícolas em Comunas Populares, o nível de organização e os objetivos a atingir, se ampliaram; o grau de coletivização na produção e o padrão de vida de seus membros se elevaram; a força de trabalho e os meios de produção foram utilizados de forma mais racional e efetiva, podendo ser desenvolvidos tendo em vista objetivos maiores; a combinação e a unificação numa só direção, da indústria, agricultura, comércio, educação e assuntos militares, asseguraram a possibilidade de levar a todas as regiões do interior da China a política de desenvolvimento simultâneo da indústria e da agricultura, a revolução técnica e a revolução educacional, permitindo às regiões

mais atrasadas darem um grande passo à frente.

A transformação das cooperativas de produção agrícola em Comunas Populares não trouxe somente inovações quanto às forças produtivas, como também alterações importantes nas relações de produção. Antes de tudo, os remanescentes da propriedade privada dos meios de produção (lotes reservados pelos camponeses para seu uso individual, etc.) desapareceram enquanto que se ampliavam a propriedade coletiva e se elevava o seu nível, em virtude das próprias dimensões atingidas pela Comuna Popular. Segundo elemento de propriedade de todo o povo começaram a existir. A integração das Comunas Populares e dos governos das cidades, o estabelecimento de uma federação de Comunas dentro de cada província; a colocação dos financiamentos do Estado, dos órgãos de comércio e outros, sob a administração das Comunas ou federações de Comunas; o fato de que a federação das Comunas tem poderes para regulamentar em forma unificada a acumulação dos fundos comunais dentro de sua área e desenvolver certa porção de poder e de recursos materiais e financeiros das Comunas — tudo isso representam elementos de propriedade de todo o povo dentro das Comunas Populares. Ultimamente, uma forma de distribuição que combina o sistema de salários com o de livre repartição dos bens de consumo, foi introduzida em inúmeras Comunas Populares à base dos objetivos traçados para o «grande salto» na produção agrícola.

NASCEM OS GERMEIS DA FUTURA SOCIEDADE

O editorial prossegue:

«O sistema da distribuição livre (gratuita) dos bens de consumo traz em seu bôjo o princípio comunista — «a cada um de acordo com as suas necessidades». Tudo isso mostra que as jovens Comunas Populares possuem forte vitalidade e uma perspectiva de desenvolvimento a longo prazo. Conforme acentua a resolução da 6ª. sessão da 8ª. reunião plenária do C. C. do Partido Comunista da China, o novo sistema das Comunas Populares «apontou ao povo de nosso país o caminho para a gradativa industrialização das regiões rurais, da transição da propriedade de grupo para a propriedade de todo o povo no que diz respeito à agricultura, da transição gradativa do princípio socialista — «a cada um de acordo com o seu trabalho», para o princípio comunista — «a cada um de acordo com suas necessidades» —, o caminho para nivelar, e por fim eliminar, as diferenças entre o campo e a cidade, entre o operário e o camponês, entre o trabalho manual e o intelectual, e, numa última etapa, para eliminar as funções internas do Estado.»

Os comunistas, diz «Bandeira Vermelha», têm encontrado na luta travada pela resolução farto material para pesquisas e debates, embora ela seja questão pacífica para todos.

«Afinal de contas, — diz o editorial — que formas con-

- ★ Uma criação das massas
- ★ Superioridade provada sobre as cooperativas
- ★ Erros e falhas surgidos no processo de criação das comunas
- ★ Um exemplo de correta aplicação do marxismo
- ★ Significado da última resolução do CC do Partido Comunista da China

cretas devem ser postas em prática para realizar esse processo, tal é a importante questão que se apresenta.

Como é notório, na transformação socialista da agricultura em nosso país várias formas foram e são utilizadas, desempenhando todas importante papel. Tais são: equipes de ajuda mútua; equipes de cooperação a longo prazo; cooperativas agrícolas elementares e avançadas; e, na transformação socialista da indústria e do comércio, contratos entre o governo e empresas particulares; sociedades mistas entre o governo e particulares, participação do Estado e de particulares em todas as formas de comércio. A descoberta de uma fórmula como a Comuna Popular, transcendente em sua significação histórica, sem dúvida, as inúmeras formas criadas no curso da transformação socialista. Nas condições específicas de nosso país, a Comuna Popular é a melhor forma, não apenas para o desenvolvimento da construção socialista, (e isso já foi demonstrado pelo avanço na industrialização nas regiões do interior e o início de um amplo desenvolvimento simultâneo da indústria e da agricultura através de todo o país) mas também pela transição que se processa nas áreas rurais de nosso país, da propriedade de grupo para a propriedade de todo o povo, pela transição do socialismo para o comunismo.

A Comuna Popular é, no presente, a unidade básica da estrutura socialista e a organização básica do poder do Estado Socialista de nosso país. E, conforme a resolução do C. C., na futura sociedade comunista em nosso país, a Comuna Popular permanecerá como unidade básica de nossa estrutura social.

Assim, o significado do desenvolvimento das Comunas Populares é relevante não somente no presente, mas também porque demonstra, cada vez mais, e por si mesmo, o rumo da marcha da história.

O editorial fala a seguir sobre o receio que se apodeou dos imperialistas e dos reacionários ante a grande vitória que representam as Comunas Populares e os resultados já alcançados na elevação da produção agrícola e industrial desde o início do «grande salto». Pergunta como poderão explicar porque mais de 500 milhões de camponeses chineses, desde a criação das Comunas Populares, realizaram tão importantes e gigantesas façanhas na elevação da produção agrícola e do desenvolvimento da indústria nas regiões internas do país.

«Tais empreendimentos — diz — não poderiam ser realizados pela burguesia em nenhum país sem a utilização de todas as formas de opressão sobre a classe trabalhadora.»

Aponta ainda os vários

equivocos em que têm incorrido os imperialistas e os reacionários ao abordar a questão das Comunas Populares, e o fracasso total de suas pessimistas e fantasiosas previsões.

O VERDADEIRO CARATER ATUAL DAS COMUNAS POPULARES

O editorial fala sobre os erros e falhas surgidos no decorrer do recente processo de transformação das cooperativas agrícolas em Comunas Populares, e que foram objeto de análise e debates na 6ª. sessão da 8ª. reunião plenária do C. C. do P. C. da China:

«A resolução frisa com clareza que, no presente, as Comunas Populares nas regiões rurais ainda são, basicamente, organizações econômicas de propriedade de grupo. Serão necessários 3 ou 4 anos, 5 ou 6, ou talvez um pouco mais de tempo, para a conclusão do processo de transição para a propriedade de todo o povo. O processo de transição do socialismo para o comunismo exigirá um tempo um pouco mais dilatado.

O movimento de criação das Comunas Populares apresenta uma grande transformação na vida social das regiões do interior da China. Esse movimento assenta sobre as bases do amadurecimento das condições objetivas, da consciência e da vontade das massas camponesas. A própria vida demonstrou que essa transformação, entusiasticamente apoiada pelas massas, é altamente fecunda para acelerar o ritmo de desenvolvimento da construção socialista e da contínua elevação da consciência das massas. Tal fato nos mostra que devemos, em nossas tarefas, persistir constantemente na aplicação da linha de massas, tendo como preocupação fundamental a consciência e a vontade das massas, se quisermos consolidar as vitórias conquistadas e, através da consolidação das Comunas Populares, levar adiante o processo de construção socialista e da elevação do nível de consciência das massas de nosso povo. É a elevação do nível de consciência das massas é, em primeiro lugar, uma decorrência das exigências do desenvolvimento da produção. Daí, no trato dos problemas das Comunas Populares, tais como os da forma de propriedade e distribuição, do planejamento da produção, das necessidades da vida cotidiana e do bem-estar, devemos adotar uma atitude científica, a partir do nível de consciência das massas, de suas aspirações e das exigências do desenvolvimento da produção. Nesse particular não são admissíveis os impulsos que levam a querer transformar objetivos colocados num futuro mais remoto em tarefas para o presente, a realizar coisas acima de nossas possibilidades quando

ainda estão imaturas as condições para realizá-las, por agir desse modo seria prejudicial à consolidação das Comunas Populares e à causa do Socialismo.»

APLICAÇÃO CORRETA DO MARXISMO-LENINISMO

Mais adiante, prossegue o editorial:

«A resolução da 6ª. sessão da 8ª. reunião plenária do C. C. do Partido Comunista ressaltava que somos fiéis defensores da teoria marxista-leninista da revolução ininterrupta e, ao mesmo tempo, da teoria marxista-leninista do processo revolucionário por etapas. As diversas etapas da revolução são ligadas entre si. Não podemos permitir que o processo da revolução pare, mas devemos conduzi-lo em seu avanço incessante. Devemos ser cautelosos no curso de cada etapa do desenvolvimento da revolução na preparação das condições para a etapa seguinte. De outro lado, as etapas da revolução são distintas uma das outras. Cada etapa possui as suas características próprias e suas próprias tarefas. Devemos tornar claro o caráter básico de cada etapa e, de acordo com ele, traçar os planos e a política que se ajustem às necessidades práticas. Combinar a teoria da revolução ininterrupta com a teoria da revolução por etapas — este o ponto fundamental da resolução.»

A unidade teórica entre a tese da revolução ininterrupta e a tese do desenvolvimento da revolução por etapas é um importante princípio marxista-leninista. O camarada Mao Tse-tung tem insistentemente ressaltado esse princípio. Uma recapitulação das controvérsias no seio de nosso Partido antes da vitória da revolução popular-democrática e da revolução socialista tornará claro esse princípio. Em vários períodos no passado, posições diretas (as posições de Chen Tu-shan e as do novo Chen Tu-shan no período da guerra contra a agressão japonesa) levavam a transformar a revolução democrática em revolução socialista.

O princípio marxista-leninista da revolução ininterrupta. Sobre essa base eles lançaram o seu programa e a sua política capitulacionista. Todos os erros desviados para posições «esquerdistas» (as posições dos representantes das três linhas de esquerda) durante a segunda guerra civil revolucionária confundiam a linha de demarcação entre a revolução democrática e a revolução socialista, negavam o princípio da teoria marxista-leninista da revolução por etapas. Nessa base, apresentavam um programa a uma linha política capitulacionista. O camarada Mao Tse-tung opôs a ambos os desvios e defendeu a permanência na etapa da revolução democrática, mas «da luta para superar essa etapa. De um lado ele defendeu com firmeza que elementos socialistas (especialmente a liderança proletária) devem se desenvolver no curso da revolução democrática de modo a se criarem as condições para a transição ao socialismo sobre a base da vitória da revolução democrática. Insistiu de outro lado, em que não se pode apagar a linha de demarcação entre a revolução democrática e a revolução socialista, nem adotar medidas além dos limites da revolução democrática no curso do seu processo. É certo que foi precisamente por ter seguido de estas linhas traçadas pelo

(CONCLUI NA PAGINA 11)

PAGAMENTO DO ABONO A PARTIR DE JANEIRO

- ☆ O que foi a luta pela conquista dos trinta por cento
- ☆ Firmeza dos trabalhadores faz recuar o governo
- ☆ A luta pela classificação prossegue

LUIS GHILARDINI

A lei concedendo o abono de 30% ao funcionalismo público foi finalmente sancionada pelo Presidente da República. Isto, entretanto, não significa que esteja encerrado este episódio da luta dos servidores em defesa de seu nível de vida. Primeiro, porque continua a ameaça de só receberem o abono em meados do ano. Depois, porque os 30%, já irrisórios ante a alta verificada no custo da vida desde o último aumento obtido, tornam-se dia a dia mais insignificantes em face da alta dos preços, que prossegue ininterruptamente. **COMO SURTIU A LUTA PELO ABONO**

A luta pelo abono surgiu do movimento pela classificação e em virtude das proporções atingidas pela carestia. O Plano de Classificação de Cargos e Funções aprovado pela Câmara dos Deputados não atendia ao problema de pagamento imediato de vencimentos, quando a maioria do funcionalismo percebeu até 6 mil cruzeiros. Em vista disso, o C.A.C., órgão que coordena nacionalmente 267 associações de servidores públicos, chegou à conclusão de que a forma de conseguir a necessidade e imediata melhoria de salários seria obter do Executivo o envio de uma mensagem ao Congresso, à parte do Plano.

Com esse objetivo foi programada uma concentração em frente ao Catete e traçado um plano de intensa mobilização da massa de funcionários incluindo marítimos, ferroviários e portuários.

Essas providências iniciais surtiram efeitos imediatos. 48 horas antes da concentração os líderes do funcionalismo foram chamados ao Catete, comprometendo-se o Presidente da República a enviar a mensagem, o que realmente foi feito, três dias após.

No entanto o conteúdo da referida mensagem não satisfazia, nem representava o prometido pelo sr. Kubitschek: estabelecia o pagamento do abono somente a partir de julho do presente ano e condicionava o benefício aos servidores das autarquias às possibilidades financeiras destas, o que equivalia a negá-lo, sabido que as autarquias são cronicamente deficitárias. Além disso, não atendia também a uma série de outras categorias, inclusive

Passam necessidade os aposentados de Corumbá

De Corumbá, Mato Grosso, recebemos correspondência do leitor Julio Augusto da Silva, denunciando as penosas condições de existência a que estão ali reduzidos os aposentados e pensionistas, principalmente os do IAPM e LAPI, condenados a viver, juntamente com suas famílias, recebendo os magros proventos de 1.500 cruzeiros, quando um trabalhador não pode, naquela cidade, viver, mesmo sofrivelmente, com menos de 12 mil cruzeiros mensais.

Por outro lado, diz Julio A. da Silva, o novo salário mínimo na região é apenas de 2.060 cruzeiros, o que demonstra o desprezo do governo aos trabalhadores brasileiros.

vez que o governo é sensível à pressão das massas e que o funcionalismo, grande parcela da população e eleitorado obrigatório, pode exercer grande influência na vida política da cidade e mesmo da nação.

A CONDUTA DO PTB E DA UDN

Durante a luta, os trabalhadores puderam observar a conduta dos partidos políticos em face das suas reivindicações, notadamente do PTB e da UDN. O primeiro, tendo sua base fundamental entre as massas trabalhadoras, desde o início do movimento, tomou inexplicavelmente, atitude prejudicial ao funcionalismo, principalmente através do Deputado Fernando Ferrari, e somente no final modificou a sua posição. A UDN, cuja bancada no Senado apresentou justas emendas ao

EM SÃO PAULO

União do Povo Contra a Carestia

Em preparação a convenção estadual pela contenção do custo da vida — Eleita a Comissão Organizadora

Entidades de trabalhadores estudantis, femininas, da lavoura, comércio e do povo em geral, prepararam, em São Paulo, a Convenção Estadual pela Contenção do Custo da Vida, cuja idéia de realização surgiu quando da preparação da passeata contra a carestia, em novembro do ano passado.

Em reunião realizada na sede da FARESP (Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo), o assunto foi amplamente debatido, frisando, todos os oradores, a necessidade urgente de ser posto paradeiro aos constantes aumentos do custo da vida, que estão levando o povo ao desespero e a manifestações energéticas de descontentamento, como aconteceu durante os meses de outubro e novembro do ano findo e recentemente voltaram a repetir-se em cidades dos Estados de São Paulo e Minas Gerais.

AMPLITUDE DO MOVIMENTO

É de se destacar a amplitude adquirida pelo movimento contra a carestia, o que demonstra estarem todas as camadas da população, inclusive representantes do comércio e da lavoura, compreendendo que a atual situação não pode continuar, pois acarretará infalivelmente as mais funestas consequências à vida da nação. Refletindo o interesse das mais variadas entidades de classe e populações na preparação da Convenção, foi eleita uma Comissão, encarregada de prepará-la e de elaborar o relatório. A comissão ficou assim constituída: representantes da FARESP, MAF, União dos Servidores Públicos, Associação Comercial de S. Paulo, União Estadual dos Estudantes, UFES, Federação das Mulheres, Federação das Sociedades de Amigos de Bairros, Vilas e Cidades, Pacto de Unidade Intersindical, ULTAB, Bolsa de Cereais e Sindicato dos Economistas.

projeto de abono, detronou o seu intento de aproveitar a oportunidade para colocar o governo num bico sem saída.

A BATALHA DO PAGAMENTO

A batalha pelo abono não está ainda encerrada. Os servidores correm ainda o risco de não recebê-lo com o pagamento correspondente ao mês de janeiro e talvez nem do de março. O diretor da Despesa Pública do Ministério da Fazenda alega que as folhas de pagamento de janeiro já se encontram elaboradas sem a inclusão do abono e que o Tesouro Nacional somente terá recursos para pagá-lo a partir de março ou junho, quando crescerá a arrecadação dos impostos de consumo e de renda.

Os servidores não aceitam essas desculpas. «A hipótese

é tão absurda, disse o presidente da UNSP, que nos recusamos a aceitá-la. «Ante a pressão da massa de funcionários o governo ordenou a aprovação do abono. Era portanto evidente que não iria vetá-la, e nada mais ortural que tivesse também ordenado a elaboração das folhas de pagamento com a sua inclusão. Quanto aos recursos, deve saber como encontrá-los, da mesma forma que o sabe quando se trata de atender a despesas do seu agrado, mesmo porque o povo já está pagando o aumento de impostos. Caso contrário, ficará claro que a aprovação do pagamento a partir de janeiro foi uma forma de enganar os servidores e fazê-los cessar a luta, e que a intenção do Executivo já era a de burlar a lei, pondo em prática o estabelecido inicialmente na mensagem enviada ao Congresso.

As entidades de servidores

já tomam providências para impulsionar com mais vigor a luta pela classificação de cargos e funções, mas de acordo com os seus interesses, e não com o Plano do DASP já aprovado pela Câmara dos Deputados. O abono, disse um dos dirigentes da UNSP, é apenas um paliativo, só a classificação poderá efetivamente corrigir as falhas que afligem os servidores públicos.

De fato, o abono de 30% já é irrisório em face da elevação do custo da vida: 52,1% no Distrito Federal, desde o último aumento obtido pelo funcionalismo, segundo «Desenvolvimento e Conjuntura», revista absolutamente insuspeita de parcialidade a favor dos trabalhadores. Com o aumento de preços, que prossegue desenfreadamente, esses 30% cada vez menos significam. Os servidores continuarão lutando.

OPERÁRIOS LANÇADOS AO DESEMPREGO NA BAHIA

Duas fábricas de tecidos de Salvador, Bahia, ambas de propriedade da Companhia Progresso e União Fabril, ocupando em conjunto mais de 900 operários, deverão encerrar suas atividades, tendo sido distribuído aviso-prévio a todos os trabalhadores.

A justificativa que estaria sendo apresentada para o fechamento das referidas fábricas é a de que não podem fazer frente à remuneração da mão-de-obra, em virtude dos novos níveis de salário mínimo. No entanto, sabe-se que, em consequência dos obstáculos criados à importação de máquinas modernas pela política cambial do governo, vinham elas trabalhando em regime de baixa rentabilidade. Fica claro que esse é o verdadeiro motivo

do seu fechamento, pois é inadmissível que empresas sejam mantidas em funcionamento à custa da contínua redução do salário real dos operários, redução que aliás se verifica, apesar da elevação nominal do salário mínimo.

Falando à imprensa baiana, o presidente do Sindicato dos trabalhadores têxteis disse que, além de tomar providências junto à Justiça do Trabalho, para que sejam indenizados todos os trabalhadores, estáveis ou não, dirigirá-se ao Presidente da República e ao Ministro do Trabalho no sentido de que evitem o desemprego de mais de 900 operários e, em consequência, a fome e o desespero para os seus familiares.

17 DE FEVEREIRO: DIA DE LUTA E UNIDADE

ROBERTO MORENA

A luta pelo cumprimento integral do decreto do governo, de 24 de dezembro do ano passado, estabelecendo o pagamento dos novos níveis do salário mínimo a partir de 1º de janeiro deste ano, terá seu ponto alto a 0 hora do dia 17 de fevereiro vindouro: paralisação do trabalho em todos os estabelecimentos fabris ou comerciais e de outras atividades, que não quizerem pagar o salário mínimo aumentado desde o início do ano.

Esta é a disposição dos trabalhadores e de seus organismos sindicais de todo o país, tendo em vista as determinações dos organismos confederados. No Distrito Federal as principais entidades de classe estão realizando assembleias permanentes, preparando a sua categoria profissional para a decretação da greve geral. O governo está ciente dessa disposição dos trabalhadores, que não podem suportar a dupla exploração: de um lado, a contínua e sistemática sonegação de suas reivindicações, como acontece agora com o não pagamento do salário mínimo e, ao mesmo tempo, o brutal aumento do custo de vida em que os empregadores estão tendo a parte de leão.

Que linguagem entendem os empregadores? De "colaboração"? De "harmonia e paz social"? Pouco tem valido. Cada reivindicação, por menor que seja, da classe trabalhadora tem sido produto de luta. Esta tem sido feita pelas corporações e pelos sindicatos, atingindo grupos de trabalhadores e até regiões completas. Graças a essas lutas tem sido possível aos trabalhadores obterem determinadas reivindicações. Isso demanda uma maior e mais ampla mobilização

e unidade dos trabalhadores e de seu movimento sindical. As vitórias conseguidas no terreno reivindicatório e de defesa de seus direitos são produto da unidade da classe trabalhadora.

O êxito do movimento do dia 17 de fevereiro está, fundamentalmente, na dependência da mobilização intensa nas fábricas e nos sindicatos de todo o país. Ai é que reside a força unitária do movimento para que se realize na prática a palavra de ordem: não pagou, parou! É essa a bandeira das confederações e federações, das intersindicais, que estamos todos no dever de colocar no centro de nossas atividades diárias.

A luta pela elevação e pela aplicação integral do salário mínimo tem nos dado muitas lições, que convém aprender, pois é a própria vida a nossa melhor mestra. Aprendemos todos, trabalhadores e dirigentes sindicais de todos os graus e responsabilidades, que se não lutarmos unidos pouco poderemos conseguir. Outra lição nos em uma justa posição não poderemos fazer e a de que se não formos fortes e não nos basearmos em uma justa posição não poderemos fazer frente única concreta e proveitosa.

A nossa luta do dia 17 de fevereiro é necessária para que se aprenda a respeitar os direitos dos trabalhadores. E, mais: com a miséria da classe trabalhadora não pode haver progresso substancial no país.

Façamos do dia 17 de fevereiro uma demonstração de unidade e de força do movimento operário e sindical do Brasil e de que estamos dispostos a trabalhar pelo progresso do país, mas que esse progresso seja também em benefício do bem-estar do povo brasileiro.

As Companhias Estrangeiras...

Conclusão da pag. 2
de que os EUA devem ajudar a América Latina para que esta não seja um elo fraco na cadeia do Mundo Livre.

MATAR AOS POUCOS
O mais provável é que o "interesse" que os EUA estão demonstrando pela Argentina nada mais seja do que o esfôrço para "não deixar morrer o paciente para poder continuar cobrando". De fato, a Argentina caminhava praticamente para a insolvência. Os empréstimos americanos e a garantia em receber os principais produtos de exportação argentinos constituiriam a "injeção de dólares" que permitira à Argentina não suspender a remessa dos lucros das companhias americanas que lá operam.

A ameaça de uma crise revolucionária que poria seriamente em perigo a situação das companhias estrangeiras na Argentina ficou bem clara durante os últimos acontecimentos. O fracasso e desmascaramento da famosa "fórmula Frondizi" para o petróleo contribuiu para aumentar a hostilidade da população contra o governo e sua subserviência aos interesses econômicos ianques: aquilo que surgira inicialmente como um plano "grandioso" de aplicação de 1 bilhão de dólares desmoronou depois que o governo argentino foi obrigado a verificar que a quantia de 800 milhões de dólares que o grupo Atlas declarava que iria investir não passava de um grosseiro aumento sobre os custos reais das operações que se propunha fazer, e depois que uma das companhias desse grupo, a Ferrostaal (Alemanha) assinou em separado um acordo de 150 milhões de dólares com a YPF.

INSATISFAÇÃO GERAL
Aliás, esse aumento de valor declarado do investimento sobre o custo real das operações propostas tem sido verificado em todos os outros acordos já assinados, e aqui-

lo que inicialmente surgira como propostas de "pequenas companhias independentes", permaneceu, no final fundamentalmente como concessões aos dois grandes trusts da Standard e da Shell.

A hostilidade popular reuniu-se à dos industriais nacionais argentinos. Insatisfeitos com as últimas medidas no sentido do estabelecimento do câmbio livre, que o Plano de Estabilização promete para "encorajar investimentos estrangeiros". Tudo isto estava a exigir medidas dos ianques para que o paciente não morresse ou fosse procurar outro médico.

Os últimos "favores" ianques têm o objetivo de mistificar a opinião latino-americana sobre os reais propósitos do imperialismo. Além disso, um acordo para compra de carne e trigo argentinos pelos EUA seria um rombo prévio em um possível acordo dos produtores de matérias primas latino-americanas. Também a idéia do Banco Interamericano de Fomento, levantada pelo Brasil na OPA, é seriamente atingida: depois de fornecer empréstimos à Argentina por meio de acordos bilaterais dificilmente se pode esperar que os EE. UU. continuem pensando em financiar o pretendido Banco. Até mesmo a promessa feita de fornecer 100 milhões de dólares iniciais está em perigo.

Mas, os violentos protestos, as lutas enérgicas dos operários do Frigorífico Nacional de Buenos Aires, que Frondizi queria entregar aos ianques para "comprimir gastos públicos", conforme recomendação do Plano de Estabilização que veio do FMI, as greves de solidariedade de milhões de trabalhadores argentinos aos operários do Frigorífico — tudo isto prova que, de fato, não há lugar para tranquilidade das companhias estrangeiras na Argentina. O povo argentino está vigilante e disposto a opor-se à política entreguista de

BATALHA DA DIFUSÃO

NOVAS AGENCIAS: Polinópolis, Pirai e Paranaguá.

AGÊNCIA RESTABELECI-DA: Joinville.

AGÊNCIAS SUSPENSAS: Florianópolis e Terra Livre.

AUMENTOS: Moji das Cruzes mais 50% e Campo Grande mais 9,5%.

AGÊNCIAS REDUZIDAS: Campina Grande menos 45%, Dourados menos 70% e Taubaté menos 70%.

CAMPOS MORAO — As remessas de VOZ OPERÁRIA para essa cidade desde o nº 502, estão seguindo por via aérea pela Cia. Real.

PORTO NOVO — Recebemos e já anotamos o novo endereço do agente de VOZ OPERÁRIA, dessa cidade.

RECIFE — Conforme pedido dessa cidade, estamos enviando mais 100% de sua cota, neste número.

AJUDA A VOZ OPERÁRIA

Recebemos dos trabalhadores das oficinas de Triagem, a importância de Cr\$ 930,00 como ajuda. Os nossos agradecimentos.

AVISO AOS LEITORES

Se nas bancas de seu bairro ou de sua rua não for encontrado à venda VOZ OPERÁRIA avise à gerência pelo telefone 42-7344.

PAGAMENTOS DE

16.1 A 28.1.59s	
Cabo Frio	1.400,00
Curitiba	400,00
S. J. B. Vista	700,00
Lages	80,00
Salvador	2.948,00
Moji das Cruzes	1.400,00
S. Luiz	300,00
Maringá	1.000,00
Joinville	200,00
Barra do Pirai	500,00
Juiz de Fora	2.000,00
Paranaguá	2.000,00
Ilheus	1.010,00
S. J. Campos	800,00
Além Paraíba	60,00
Cuiabá	200,00
Jandaia do Sul	450,00
Campo Grande	950,00
Rio Bonito	375,00
Taciba	245,00

Camara Mao Tse-tung que a revolução triunfou.

INTERDEPENDENCIA DAS ETAPAS

Passando a considerações sobre o principio teórico da interligação das etapas no processo revolucionário, o jornal «Bandeira Vermelha» recorda uma comparação certa vez feita por Mao Tse-tung: «um ensaio consiste em duas partes, e a segunda só pode ser escrita depois da primeira.»

E reproduz o seguinte trecho de um trabalho do camarada Mao Tse-tung, esclarecendo essa importante questão teórica:

«Mas, existe ainda outro grupo de pessoas que, aparentemente bem intencionadas, estão também desorientadas pela teoria da «revolução única», pela noção puramente fantasiosa da «realização, ao mesmo tempo e de um só golpe, da revolução política e da revolução social». Não compreendem essas pessoas que a nossa revolução está escalonada em etapas, e que só podemos passar de uma a outra, não existindo tal coisa como «a realização de ambas de um só golpe». Tal ponto de vista baralha os passos a serem dados no processo revolucionário e reduz os esforços que dizem respeito diretamente à realização das tarefas do presente, o que é muito prejudicial. De concreto, está de acordo com a teoria marxista do desenvolvimento revolucionário, dizer que nas duas etapas revolucionárias a 1ª. prepara as condições para a segunda, e que as duas devem ser consecutivas, sem possibilitar que em qualquer das etapas intervenha a di-

AS COMUNAS POPULARES...

(Conclusão da Página 9)

tadura da burguesia. Entretanto, se fôsse certo que a revolução democrática não tem ela própria tarefas definidas e não precisa esperar sua oportunidade mas suas tarefas podem ser entrosadas com outras tarefas — as tarefas de revolução socialista, que somente podem ser executadas em outra oportunidade — e que ambas essas tarefas podem ser executadas simultaneamente, então isto seria a teoria da «realização de ambas de um só golpe», o que significa um ponto de vista utópico, repellido pelos verdadeiros revolucionários.»

Diz o editorial que embora esses pensamentos tenham sido enunciados há 20 anos e que os problemas abordados sejam, em seu caráter e conteúdo, diversos dos que atualmente preocupam aos co-

munistas ~~chineses~~, essas palavras do camarada Mao Tse-tung ainda representam nos dias de hoje um importante papel esclarecedor no processo revolucionário em curso.

PRIMEIRO PASSO NA CONSTRUÇÃO DA SOCIEDADE COMUNISTA

Concluindo, o editorial passa em revista as conclusões estabelecidas na 6a. Sessão da 8a. Reunião Plenária do Comitê Central do Partido Comunista:

As Comunas Populares já contém elementos de propriedade de todo o povo; passos adequados devem ser dados no sentido de promover a transição da propriedade de grupo para a propriedade socialista de todo o povo; a natureza da propriedade nas Comunas Populares é ainda, fundamentalmente, de grupo e a transição para o regime da propriedade de todo o povo deve se basear no nível do desenvolvimento da produção e da consciência da massa, não devendo ser adotada nenhuma atitude de precipitação em relação a esses fatos.

Relativamente à questão do socialismo e do comunismo, a Sessão afirmou que o atual sistema de distribuição nas Comunas Populares já contém o embrião do comunismo e acentuou que, no curso do processo da construção socialista e do desenvolvimento das Comunas Populares, os elementos do comunismo crescerão gradativamente, bem como amadurecerão as condições para a transição à sociedade comunista. Afirmou também, que, ainda por um período relativamente longo, a tarefa do povo chinês continuará a ser a construção do socialismo e que a China pode realizar a transição gradativa do socialismo para o comunismo somente à base de uma indústria moderna altamente desenvolvida, de uma agricultura moderna, e da ciência e da cultura modernas.

A Resolução da Sessão Plenária traça com nitidez a linha de demarcação entre a propriedade de grupo e a propriedade de todo o povo e entre o socialismo e o comunismo, e define com clareza a sua intrínseca ligação. Como decorrência de tais conclusões, a Resolução traça os principios e diretrizes políticas para as Comunas Populares.

Finalmente, comenta o editorial, a Resolução mostra as amplas e grandiosas perspectivas que se abrem para o povo e para as Comunas Populares por toda a vastidão do país: rápida industrialização de todo o país e das Comunas Populares através de uma grandiosa revolução na frente da produção agrícola, pela aplicação de processos e métodos da técnica mais avançada, por uma profunda revolução na frente de cultura e da educação, capazes de transformar a China, num prazo de 15, 20 anos ou um pouco mais, numa poderosa nação socialista, dona de uma moderna indústria altamente desenvolvida, de uma agricultura moderna, de uma ciência e uma cultura avançada. Tudo isso serão os alicerces materiais e espirituais da transição da sociedade socialista para a sociedade comunista do futuro.

«As realizações das Comunas Populares — termina o editorial — resplandecerão muito alto como o sol nascente sob a inspiração da Resolução adotada pela 8a. Reunião Plenária, e as Comunas Populares estarão brevemente consolidadas. A nossa indústria e a nossa agricultura continuarão a avançar aos saltos neste ano de 1959, e novas e mais importantes vitórias farão tremor os reacionários e os imperialistas.»

Falecimento de João Batista Cavalcanti

Aos 76 anos de idade, faleceu no último dia 20, no Hospital dos Servidores do Estado, onde se achava internado devido a grave moléstia, o velho militante do movimento operário João Batista Cavalcanti.

No seu enterramento, que foi bastante concorrido, foi exaltada a atuação política de João Batista Cavalcanti, sua fidelidade à causa do proletariado, expressa em longa militância em São João de Meriti, onde residia.



Uma visita sempre vale a pena!

1-10 DE MARÇO 1959 A FEIRA DE LEIPZIG

FEIRA TÉCNICA E FEIRA DE AMOSTRAS

10.000 expositores de 40 países Compradores de 80 países

Convites Oficiais de Identificação para visitar a Feira poderão ser obtidos:

Câmara de Comércio e Indústria do Brasil, Av. Rio Branco, 151 - 7º, s 705/707 RIO DE JANEIRO

Câmara da Cidade do Rio Grande, Caixa Postal 215 RIO GRANDE DO SUL

Informações: Escritório Brasileiro de Fomento do Comércio Internacional, Av. Rio Branco 14 - 21º and., RIO DE JANEIRO

Mais informações, nomeação de casas fornecedoras, etc., por:

LEIPZIGER MESSEAMT HAINSTR. 18A LEIPZIG CI

VOZ OPERÁRIA

DIRETOR
Mário Alves

MATRIZ
Redação: Av. Rio Branco, 257 17º and. s/ 1.712 - Tel: 42-7344
Administração e gerência: Av. Rio Branco, 257, 9º andar, sala 905

ASSINATURAS
Núm. avulso 3,00
Anual 150,00
Semestral 80,00
Trimestral 60,00

Aerea ou sob registro, despesas à parte: Núm. atrasado 5,00

SUCURSAL
PORTO ALEGRE — Rua Voluntários da Pátria nº 66, s/ 43.

EM MARCO, III CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ULTAB

Nos dias 7 e 8 de março do corrente ano estará reunido na Capital do Estado de São Paulo o III Conselho de Representantes da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB).

A respeito desta reunião, o sr. Pedro Renaux Duarte, presidente em exercício da ULTAB, fez a seguinte declaração:

— A União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, fundada em 1954, como fruto de duas conferências nacionais de lavradores e trabalhadores agrícolas, realizadas na Capital do Estado de São Paulo. Em fa-

ce das dificuldades com as quais tropeça nossa entidade, seu trabalho apresenta várias deficiências.

A Comissão Executiva, examinando detidamente esta situação, resolveu convocar a III Reunião do Conselho de Representantes da ULTAB para os dias 7 e 8 de março do ano em curso, com o objetivo de examinar experiências e elaborar uma orientação para nosso trabalho que esteja à altura do momento, das lutas e das reivindicações dos lavradores e dos operários agrícolas. Esperamos que nesta reunião se dê uma viva troca das experiências vividas na luta dos posseiros do Norte do Paraná e do Maranhão, etc., das lutas dos arrendatários e dos trabalhadores do café e dos demais setores da agricultura, levadas a efeitos em todo o país.

Julgamos de importância fazer uma recomposição da Comissão Executiva para que nossa entidade possa enfrentar com êxito as decisões que serão tomadas pelo III Conselho. Uma questão terá grande destaque nesta reunião: trata-se da convocação da III Conferência Nacional, que possivelmente ainda se realizará este ano. Nesta ocasião será feito um maior estudo sobre as condições de vida e trabalho na lavoura e sobre nossas organizações e tomaremos medidas de maior profundidade. A presença das organizações estaduais, municipais e outras em nossa reunião, além dos membros do Conselho, será uma das garantias do êxito que almejamos. finalizou o diretor da ULTAB.

«GUIA DE LA NUEVA CHINA» (Editado em Pequim — 1958)

INDICE:

- Principales Datos Geográficos
- Breve Historia de China
- La Constitución China y La Estructura del Estado
- Divisiones Administrativas y Autonomia Regional de Las Nacionalidades
- Partidos Politicos
- Organizaciones Populares
- Consejo Consultivo Politico del Pueblo Chino
- Economía y Finanzas
- Ciencia, Instrucción Publica, Preng
- Miscelanea
- Crónica de los Acontecimientos

PREÇO: Cr\$ 100,00

A venda na EDITORIAL VITÓRIA LTDA, Rua Juan Pablo Duarte, 50 — Sobrado Telephone: 22-1613 RIO DE JANEIRO — D. F.

ATENDEMOS TAMBEM PELO SERVIÇO DE REEMBOLSO POSTAL.

DENÚNCIA DO ACÓRDO DE ROBORÉ PARA PRESERVAR A PETROBRÁS!

A conclusão final a que chegam os brasileiros, em face do inquérito da Comissão Parlamentar — Tanto Roberto Campos, como Alexínio e Lacerda defendem interesses entreguistas — As exigências do Acôrdo de Roboré, se cumpridas, liquidariam a Petrobrás — A solução é uma só: denunciar o Acôrdo ★ Reportagem de R. ARENA

Depois de ter servido de perigosa tribuna entreguista para agitação contra a Petrobrás, e depois de ter — numa reviravolta espetacular — servido como "vitrine de escândalos", que desmascarou, aos olhos de todo o país, a verdadeira quadrilha entreguista atualmente instalada nos postos-chave da economia nacional, do BNDE à SUMOC, passando pelo Ministério da Fazenda, a Comissão Parlamentar de Inquérito forneceu todos os elementos para que se possa afirmar, sem hesitações, uma conclusão final para a intrincada questão do petróleo boliviano, que nem de longe estava na cogitação de seus promotores: a denúncia do Acôrdo de Roboré é a única solução que realmente atende aos interesses nacionais, no caso do petróleo da Bolívia; porque é a única que não representa um torpedeamento da Petrobrás.

Poucas vezes uma Comissão Parlamentar de Inquérito despertou tanto interesse, e ao mesmo tempo provocou tanta confusão no país, como essa que investiga a questão do petróleo.

Viram-se, inclusive coisas que chocariam profundamente o ceticismo de um São Thomé. O «chefe-de-fila» do entreguismo indígena, Carlos Lacerda, fantasiou-se de denunciador da ação dos trustes ianques. Com a mesma seriedade, outro inimigo jurado do monopólio estatal do petróleo (mas ativo propagandista de capitais monopolistas estrangeiros), Roberto Campos, ensaiava a máscara de «defensor da Petrobrás». Outro advogado da «livre iniciativa» — embora nefasto, nessa atividade — o Cel. Alexínio Bittencourt, veste-se de gestos dantonescos, para ameaçar com «tribunais de Nuremberg», se o que ele afirma serem os «interesses nacionais» forem contrariados, na questão boliviana.

Seria um erro entretanto interpretar essa voga do «travesti» como um ensaio para o Carnaval que se aproxima. O caso é mesmo muito sério.

Se a ginástica dos agentes entreguistas os mostra em posições tão incômodas e extravagantes é porque as contradições e ramificações dos

grupos e interesses envolvidos na questão chegam a tontear um público menos advertido.

É óbvio, entretanto, que de todo esse intrincado jogo de interesses envolvidos no petróleo boliviano, destacam-se dois grupos particulares, cada um com uma solução para o problema da execução do Acôrdo de Roboré. O primeiro, escorando as firmas aprovadas pelo BNDE, para a exploração do petróleo boliviano, por aceitarem a associação com os capitais norte-americanos. Nele milita, pondo em jogo todo o seu prestígio de «cabeça pensante» do governo Kubitschek, o seminarista fracassado Roberto Campos. Apoiam-no os setores «menos flexíveis» do entreguismo, no governo e na imprensa, que não admitem, nem mesmo por razões táticas, a violação dos princípios básicos de sua «doutrina» pró-imperialista.

Contra esse grupo, denunciando suas trapaças, fez-se uma «frente única», onde atuam os mais variados e contraditórios interesses. Porque a luta nessa frente significa a denúncia de todo o esquema entreguista que domina a atual política econômica do governo — a desnacionalização da economia brasileira, sob pretexto de «racionalizar» o desenvolvimento industrial do país — Integram-na os diversos setores nacionalistas, inclusive aqueles que não têm interesses imediatos envolvidos na questão, e apenas defendem os interesses nacionais. Defendendo os seus próprios interesses, participam dessa posição os grupos recusados pela «concorrência» do ... BNDE; em particular, mostra-se ativo o Industrial Sanchez Galdeano, que conseguiu aliciar os setores mais «verais» e menos dados à coerência da imprensa entreguista, onde pontificam os Lacerda e Chateaubriand. O objetivo desses grupos é conseguir o apoio do governo, sobretudo na forma de câmbio preferencial para a obtenção de divisas a empresas privadas brasileiras.

Embora, como se viu, os mais variados interesses se choquem em torno dessas duas soluções para a execução do acôrdo de Roboré, estas conservam uma característica comum: ambas resultam num grave prejuízo para a Petrobrás. Não é por outra razão que muitos entreguistas açodados hesitam, e ainda hesitam, na escolha do grupo de sua predileção. Mas é também por isso que os setores que se norteiam pelo interesse nacional, e apenas por ele, definem claramente sua posição no problema. E é aí que se põe o dedo na ferida: só foi possível às duas soluções debatidas na CPI resultarem danosas para a Petrobrás, porque nenhuma delas pôs em discussão o eixo de todo

o problema e Acôrdo de Roboré. **UM ACÓRDO EXTORSIVO** Mesmo um sumário exame do Acôrdo de Roboré já explica porque sua execução seria necessariamente lesiva à Petrobrás.

É indiscutível que o princípio básico do Acôrdo é o de que a Petrobrás será incapaz de produzir petróleo no Brasil em quantidade suficiente para atender ao consumo do país. Partindo dessa premissa o Acôrdo fixa uma série de obrigações para o Brasil que, para serem executadas, exigiriam que a Petrobrás passasse a desviar seus recursos quase que exclusivamente para a compra e o transporte do petróleo boliviano; ou então, que fosse revogada a lei 2004.

A Cláusula VI estabelece a obrigação para o Brasil de comprar um mínimo de 100 mil barris diários de petróleo boliviano, produzido ou não pelas empresas brasileiras. Isso corresponde a mais de um terço do consumo nacional previsto para 1960, e a um dispêndio presumível de cerca de 100 milhões de dólares por ano em divisas norte-americanas de livre-conversibilidade. Ficaria assim anulado um dos objetivos básicos da Petrobrás, que é permitir que o país deixe de pagar petróleo em dólares, e, ao mesmo tempo, anulado o programa de pesquisas da Petrobrás.



R. Campos

Pela Cláusula VII, «a Bolívia compromete-se a vender e o Brasil a comprar, nas condições e preços do mercado internacional todo o gás produzido pelas «empresas privadas de capitais brasileiros» na área concedida. Para importar essa produção da Bolívia, o Brasil se obriga a construir um oleoduto e um gazoduto, de um ponto da área concedida — podendo inclusive ser interno a uma concessão dos trustes internacionais — ao porto de Santos. A lei brasileira estabelece que apenas a Petrobrás poderá construir esse tipo de obras em território nacional. Na Argentina, a construção de um gazoduto e um oleoduto de Madrellones a Buenos Aires arrastou a YPF a uma crise cujos resultados o noticiário cotidiano, hoje, ilustra com eloquência. As obras eram orçadas em 300 milhões de dólares. No caso do Brasil, o preço seria certamente o dobro.

Quando era negociado o Acôrdo, em janeiro de 1958, os negociadores brasileiros acentuavam o interesse do petróleo boliviano para a segurança do país. O argumento teria algum peso se se tratasse realmente de assegurar um meio de libertar o

país da dependência dos trustes internacionais, para o suprimento em petróleo, no caso em que — contrariamente a todas as previsões se revele impossível o auto-abastecimento nacional desse combustível.

Mas rechaçada pela Bolívia a idéia da associação da Petrobrás com a YPF boliviana, na exploração da área prevista pelo «Tratado de 1939» (as negociações em La Paz, e depois em Roboré, tomaram um rumo tal que, em conclusão, retiraram todo o conteúdo daquela valorização estratégica do petróleo boliviano. Para libertar-se da dependência dos trustes, o Brasil jogou-se nos braços dos trustes. O objetivo declarado do Acôrdo era impedir que a economia do país pudesse eventualmente ser paralisada por uma ação concertada dos trustes, cortando o suprimento de petróleo. Mas, para realizar esse objetivo, o Brasil se obriga, «por uma eternidade», a abastecer-se com o petróleo produzido por esses mesmos trustes — os que lá já estão, e os que se aprontam para atravessar a fronteira atrás de «empresas de capitais brasileiros» na Bolívia. Complementarmente, o país decreta a pena de morte para a Petrobrás.

A ÚNICA SOLUÇÃO Explica-se assim porque não é possível cumprir o Acôrdo de Roboré, mas sem ferir os interesses nacionais, segundo a fórmula consagrada ultimamente, em certos órgãos conhecidos como nacionalistas.

Só há, com efeito, duas hipóteses para cumprir-se o Acôrdo. A primeira delas é a defendida pelo grupo Alexínio-Galdeano-Lacerda. Os sucessivos «relatórios-secreto» do ex-presidente do CNP que a imprensa de todo o país divulgou, e os editoriais diários da «Tribuna da Imprensa» se apressaram em esclarecer o que esta solução abertamente representa: as empresas para a Bolívia devem ser financiadas com os recursos da Petrobrás. Isso representaria apenas uma aceleração no processo da asfixia a que querem submeter a Petrobrás. Se ela devia morrer em dez anos morreria em dois.

A segunda hipótese é, defendida pelo «pagé» do entreguismo, Roberto Campos. Ela deixa intactos os recursos em dólares da Petrobrás. Esse aspecto foi, aliás, muito ressaltado pelo universitário de Columbia, em seus depoimentos na CPI. Pela primeira vez em sua vida, ele tentou uma manobra para capitalizar as simpatias dos defensores da Petrobrás.

Contudo, também essa «falácia do entreguismo» era por demais evidente para que a manobra surtisse efeito. O próprio Roberto Campos foi quem esclareceu que três

quartas partes dos investimentos na Bolívia serão realizados em dólares. Isso significa o controle absoluto das empresas pelos capitalistas ianques, se adotada a fórmula de associação com o imperialismo norte-americano, que teria então o controle absoluto da produção boliviana e, consequentemente, dos suprimentos para o Brasil. Os dólares economizados pela Petrobrás não cobririam senão uma fração mínima dos gastos com as



Cel. Alexínio

remessas de lucros. Para finalizar, seria criado um novo e decisivo poder econômico no país, especificamente orientado para a luta contra o monopólio estatal do petróleo. Seria para alimentar esse poder que a Petrobrás iria sacrificar-se no cumprimento do Acôrdo de Roboré.

A única solução, portanto, capaz de responder aos interesses nacionais é o não cumprimento do infeliz acôrdo. Ela é ainda facilitada porque o governo boliviano seria o primeiro a rezojar-se com ela. Desde que aderiram ao entreguismo, os amigos do sr. Siles Suazo não se conformaram em deixar o papel de intermediários do imperialismo aos entreguistas brasileiros e querem participar eles mesmos da repartição das migalhas. Tanto é assim, que, por imposição dos negociadores bolivianos, a Cláusula IV do Acôrdo dá todo o direito ao governo de La Paz a fazer do documento letra morta. Ela estabelece um prazo de 18 meses, a partir da assinatura do acôrdo, para que as empresas brasileiras sejam apresentadas e obtenham os títulos de concessão do governo boliviano. Como este fica inteiramente à vontade para protelar indefinidamente a entrega dos títulos, e assim, fazer uso da Cláusula: se as empresas não obtiverem os títulos de concessão no referido prazo, o governo da Bolívia disporá livremente das áreas não pedidas, nem concedidas.

Assim, «junta-se a fome com a vontade de comer». Está provado que as reivindicações brasileiras, exigindo a contra-partida da concessão petrolífera não têm muito peso histórico. A Estrada de Ferro Brasil-Bolívia foi mais um pagamento de largas faixas de terra «compradas» à Bolívia a preços vis, do que outra coisa. Anulando-se o leonino «Tratado de 38», eliminar-se-á um constante foco de agitação e hostilidade contra o Brasil, na Bolívia, que muito tem servido, inclusive, para acobertar os trustes petrolíferos. Se não interessa ao conjunto do povo brasileiro o nascimento de um imperialismo tupiniquim, interessa menos ainda servir de cobertura para o imperialismo ianque.

Só a denúncia do Acôrdo de Roboré poderá salvar a Petrobrás da asfixia e do aniquilamento. Só ela permitirá a criação de novas condições para a amizade e cooperação entre os povos do Brasil e da Bolívia. Mais ainda, só uma vitória esmagadora obtida agora na defesa da Petrobrás, permitirá aos nacionalistas brasileiros impor uma derrota contundente à quadrilha entreguista inspiradora e executora do maldito Acôrdo de Roboré.

Reclamam os Estudantes a Demissão de Roberto Campos Dissolvida violentamente pela polícia uma manifestação pacífica em frente ao BNDE, promovida pelas entidades estudantis

Exprimindo os desejos das forças nacionalistas que reclamam a demissão dos entreguistas que ocupam postos-chave no governo, estudantes desta Capital realizaram esta semana uma manifestação em frente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico reclamando a demissão do sr. Roberto Campos, um dos mais destacados agentes do entreguismo no país. A atuação entreguista do sr. Roberto Campos tornou-se mais visível agora, quando do inquérito realizado por uma comissão parlamentar, em torno da concorrência aberta para exploração do petróleo boliviano.

Assim, quarta-feira última, por volta do meio-dia, dezenas de estudantes reuniram-se em frente à sede do BNDE, conduzindo faixas e cartazes com dizeres alusivos ao ato, durante o qual deveriam falar os presidentes da UNE, da UME, da UBES e de Diretorias Acadêmicas, promotores da manifestação. Entretanto, mal se iniciou o comício e, apesar do seu caráter pacífico a polícia interveio violentamente. Estudantes foram espancados, outros presos, sendo a reunião dissolvida a bombas de gás lacrimogênio e golpes de cassete.

Falando aos repórteres dos jornais e emissoras que compareceram ao local, o acadêmico Carlos Esteves, secretário de Imprensa da UNE, teve palavras de indignado protesto contra a brutalidade policial. Depois de reafirmar o caráter pacífico da manifestação, Carlos Esteves esclareceu que o que os estudantes reclamam é o afastamento do entreguista Roberto Campos da direção do BNDE, pois que isto é exigido pelos interesses do Brasil. «Queremos esclarecer o povo sobre tal política entreguista e de traição à Pátria» — disse textualmente, acrescentando que na luta contra o entreguismo os estudantes apoiam a Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou o procedimento imoral e indefensável do presidente do BNDE.

Esclareceu, por fim, que a manifestação não fora proibida e que os estudantes não deram comunicação dela à polícia porque então a produção seria certa, já que a polícia política está a serviço do entreguismo.

A SITUAÇÃO POLÍTICA E A POSIÇÃO DOS COMUNISTAS

- ☆ Tendências da situação internacional
- ☆ Agravam-se as contradições da sociedade brasileira
- ☆ O governo Kubitschek tenta prosseguir no caminho da conciliação com o imperialismo norte-americano
- ☆ As lutas das massas contra a carestia da vida
- ☆ O movimento nacionalista e as eleições de 3 de outubro
- ☆ Análise crítica da atuação dos comunistas
- ☆ Pressão de massas para modificar a política e a composição do governo
- ☆ Tarefas imediatas do movimento comunista

LUIZ CARLOS PRESTES

— I —

Tendências da Situação Internacional

A competição entre os sistemas mundiais do capitalismo e do socialismo continua a desenvolver-se em sentido nitidamente favorável ao campo socialista, com a União Soviética à frente.

Enquanto os países socialistas obtêm grandes êxitos no terreno da construção econômica e a URSS afirma sua superioridade sobre os países capitalistas em importantes esferas da ciência e da técnica, os Estados Unidos sofreram em 1958 os efeitos da crise econômica, que se refletiu nos demais países capitalistas. Estas manifestações da superioridade do sistema socialista aumentam o poder de atração que as idéias do socialismo exercem sobre a consciência de todos os povos.

Em oposição à conseqüente política de paz realizada pelos países socialistas, as potências imperialistas, lideradas pelos Estados Unidos, recusam-se a cooperar no sentido do alívio da tensão internacional, persistindo na política de «guerra fria», de armamentismo e de preparação de uma terceira guerra mundial. O fracasso das provocações no Líbano, Jordânia, Formosa e Berlim comprova, porém, que, nas condições atuais, a guerra deixou de ser inevitável. Elevando sua vigilância e reforçando a luta pela paz, os povos podem impedir uma nova hecatombe mundial.

Fator de primordial importância na arena internacional, o movimento de libertação nacional dos povos coloniais e dependentes continua a decompor o sistema colonial do imperialismo, que marcha aceleradamente para completa liquidação. Para a emancipação e o progresso econômico dos países subdesenvolvidos tem importância excepcional a ajuda do campo socialista, em particular da União Soviética.

Os partidos comunistas de todo o mundo colocam-se à frente dos povos na luta pela paz e a democracia, pela independência nacional e o socialismo. Em alguns países, como a França, onde as forças reacionárias tentam impor o fascismo, tornaram-se mais duras as condições de atuação dos comunistas, mas em numerosos países capitalistas os partidos da classe operária registram importantes êxitos (Itália, Finlândia, Grécia, Indonésia, América Latina). A aprovação da Declaração e do Manifesto da Paz nas conferências de no-

vembro de 1957 em Moscou assinalou o fortalecimento da unidade política e ideológica do movimento comunista mundial à base dos princípios do internacionalismo proletário. Manifestação desta unidade é a condenação unânime das teses revisionistas da Liga dos Comunistas da Jugoslávia.

Também na América Latina se intensifica a luta de massas pela emancipação nacional e pelas liberdades democráticas. Ditaduras servilistas do monopólio dos Estados Unidos são derrubadas e, na maioria dos países latino-americanos, os partidos comunistas ganham o direito à atuação legal, fortalecendo-se e obtendo êxitos nas campanhas políticas.

O agravamento das dificuldades econômicas e financeiras da América Latina em conseqüência da queda de seu comércio exterior tornou agudos os motivos de atrito com o imperialismo norte-americano. Este procura explorar as dificuldades dos países latino-americanos para

impor a seus governos retrocessos e capitulações. As manobras imperialistas não conseguem, porém, deter as lutas patrióticas dos povos do continente.

A situação internacional continua, assim, a desenvolver-se mais rapidamente no sentido do enfraquecimento

do imperialismo, enquanto, por outro lado, se fortalece o campo socialista e avançam as lutas dos povos coloniais e dependentes por sua emancipação nacional. Estas tendências criam em nosso país condições mais favoráveis para a luta contra o imperialismo norte-americano.

— II —

Agravam-se as Contradições da Sociedade Brasileira

Sob a influência de fatores internos e externos agravou-se a contradição entre a nação em desenvolvimento e o imperialismo norte-americano e seus agentes internos, que é a contradição principal nas condições atuais da sociedade brasileira. Com esta agravamento e em conseqüência da política econômico-financeira do governo federal, subordinada em questões essenciais aos interesses do capital monopolista norte-americano, pioraram as condições de vida do povo e se acentuaram as demais contradições dentro do país.

O agravamento da contradição principal e das demais contradições é condicionado pelo pioramento da situação econômica, manifestado em primeiro lugar no âmbito do comércio exterior e do balanço de pagamentos. A economia nacional continua a desenvolver-se, mas em condições bastante difíceis, que acentuam sua dependência para com o imperialismo norte-americano.

Ao invés de atenuar-se ou de ser superada pelas tentativas de conciliação, a oposição entre nacionalistas e entreguistas tende a incessante aprofundamento. Esta oposição se manifesta no seio do atual governo, dado o caráter heterogêneo que assumiu e que conserva desde sua formação inicial.

Apoiado no movimento nacionalista, o setor nacionalista do governo tem defendido com sucesso, em algumas questões essenciais, uma política correspondente aos interesses gerais da nação. Isto é sobretudo evidente no que se refere à manutenção do monopólio estatal do petróleo, que recebe crescente apoio da opinião pública

ao imperialismo norte-americano, procurando fórmulas que conciliem os interesses exploradores deste último com um certo tipo de desenvolvimento econômico limitado e deformado, que só pode acentuar a situação de dependência do país e jogar sobre as massas trabalhadoras o peso de maiores sacrifícios.

Com o lançamento da Operação Pan-Americana o governo do Sr. Juscelino Kubitschek fez uma tentativa para dar saída à crise na política exterior, caracterizada pela subordinação ao Departamento de Estado. Por um lado, a OPA procura expressar os anseios nacionais de luta contra o subdesenvolvimento e representa o primeiro passo fora da política exterior tradicional. Por outro lado, a OPA pretende ser, por seus princípios, instrumento da estratégia anti-soviética dos Estados Unidos e conduz a subordinar mais ainda o desenvolvimento da economia nacional ao imperialismo norte-americano que, por sua natureza intrínseca, não pode tender para a ajuda, mas para a exploração dos povos da América Latina. Desta maneira a OPA não resolve a crise da política exterior, porém torna mais viva na opinião pública a exigência de uma posição independente do Brasil na arena internacional.

O Programa de Estabilização Monetária, apresentado pelo ministro Lucas Lopes, constitui um conjunto de medidas de nítida inspiração norte-americana. A orientação deste programa objetiva fundamentalmente criar condições que permitam maiores aplicações do capital estrangeiro, sobretudo no que se refere às facilidades para as remessas dos seus rendimen-

tos, ao mesmo tempo encerrando uma série de propostas de contenção da inflação através de maiores sacrifícios lançados sobre os ombros das massas e da redução do crescimento da economia nacional. O PEM foi recebido com protestos das massas e da burguesia. Mas, embora já tenha feito concessões contrárias ao esquema do PEM, o governo insiste em aplicá-lo, tendo obtido do Congresso os aumentos de impostos pleiteados e dado novos passos no sentido de uma reforma cambial contrária aos interesses nacionais.

O governo do sr. Juscelino Kubitschek tenta prosseguir no caminho da conciliação com o imperialismo norte-americano. Por esse caminho, porém, não será solucionada a contradição principal, que continua objetivamente se agravando.

Aumentam as condições favoráveis à ampliação da frente única nacionalista e ao desenvolvimento das lutas de massas. Novos setores do povo brasileiro adquirem consciência da necessidade de lutar pela emancipação nacional contra o imperialismo norte-americano. O sentido dos acontecimentos não é, portanto, favorável ao entreguismo, apesar de todos os esforços de seus agentes para desorientar e ganhar certos setores do movimento nacionalista. Ao contrário, o sentido dos acontecimentos favorece objetivamente a ampliação e a coesão cada vez maior da frente única nacionalista e democrática.

Com o agravamento das dificuldades econômico-financeiras e a acentuação na política do governo de tendências à conciliação e à capitulação diante do imperialismo (Continua na pág. seguinte)

VOZ OPERÁRIA

Este Suplemento não pode ser vendido separadamente

RIO DE JANEIRO, 31 DE JANEIRO DE 1959 • N. 504

5

A SITUAÇÃO POLÍTICA E A POSIÇÃO DOS COMUNISTAS

(Continuação da pag. anterior)
mo norte-americano, torna-se mais viva no povo brasileiro a consciência da necessidade de lutar pela conquista de um governo nacionalista e democrático. Esta consciência se traduz de diversas maneiras na luta para alterar os rumos do atual governo, exercendo pressão para alcançar modificações em sua política e em sua composição. Os fatos comprovam o que afirmou nossa Declaração de março de 1958: «A política

do governo do sr. Juscelino Kubitschek não atende aos interesses nacionais e às aspirações populares em questões essenciais, contendo, entretanto, aspectos positivos de caráter nacionalista e democrático. A medida em que os aspectos negativos da atuação do governo se tornam mais evidentes, acentua-se a luta por modificações em sua composição e em sua política em sentido favorável aos interesses nacionais e populares.»

Embora ainda pouco coeso e sem programa definido, o movimento nacionalista constitui uma forma de frente única que já aglutina importantes setores de diferentes classes e camadas sociais na luta pelos interesses gerais da nação.

A atuação do movimento nacionalista, inclusive no seio do Congresso, tem se orientado para a luta por certas soluções cuja urgência decorre do próprio desenvolvimento da situação objetiva do país. Este é o exemplo da luta a favor da normalização das relações com a União Soviética e os demais países socialistas.

Outras importantes experiências de frente única constituem as lutas travadas contra as concessões às empresas imperialistas American Can e Ishikawagima, contra a orientação antinacional do sr. Renato Feio na presidência da Rede Ferroviária Federal e pela encampação de filiais da Bond and Share em diversos pontos do país. Fato especialmente positivo tem sido a ação do movimento nacionalista na defesa da Petrobrás contra sucessivas campanhas entreguistas.

A experiência demonstra, portanto, que as lutas da frente única são o instrumento adequado para alcançar as modificações necessárias na política e na composição do governo, em sentido positivo para o desenvolvimento independente da nação brasileira. Se tais modificações não foram conquistadas, isto se deve à oposição do setor entreguista do governo e também à insuficiente iniciativa por parte do movimento nacionalista, apesar das condições lhe serem, em geral, favoráveis. Esta insuficiente iniciativa não só é resultado como causa da insatisfatória capacidade de mobilização e organização de massas, que continua caracterizando o movimento nacionalista. Aliar a resistência ao entreguismo à atuação com espírito de iniciativa em prol de soluções amadurecidas é indispensável para despertar e conduzir à luta patriótica as massas e os setores da sociedade brasileira ainda não esclarecidos e mobilizados. Desta maneira, as forças nacionalistas e democráticas conseguirão responder mais energeticamente aos ataques do entreguismo e, ao mesmo tempo, tomar-lhe sucessivas posições, acelerando o processo de acumulação de modificações na situação política, inclusive na política e na composição do atual governo, processo que pode alterar substancialmente a correlação de forças e abrir caminho à conquista de um governo nacionalista e democrático.

Para que se fortaleça o apoio das massas à causa nacionalista é indispensável que os problemas do desenvolvimento econômico e da emancipação nacional sejam mais claramente postulados em vinculação com os interesses vitais de vastas massas trabalhadoras da cidade e do campo.

Uma característica da situação nacional em 1958 consistiu, precisamente, em que não somente se agravou a contradição principal como também se agravaram as demais contradições. O agravamento das contradições de classe dentro do país está diretamente relacionado com a inflação, cujo ritmo de aumento tem se acelerado consideravelmente, sendo um dos mais altos do mundo. Diante da inflação a posição das diversas classes sociais não pode deixar de ser contraditória. Dentro de certas proporções, a inflação é vantajosa para a burguesia, enquanto o proletariado e os trabalhadores em geral são prejudicados em seus interesses vitais, lutam contra os efeitos imediatos da inflação

e ganham consciência da necessidade de uma política econômica que estimule o progresso do país sem aumentar os sacrifícios das massas, porém, ao contrário, lhes assegure condições de vida melhores e mais estáveis.

A inquietação e o descontentamento das grandes massas se manifestou nas lutas contra a carestia, em que a repressão policial causou numerosos mortos e feridos. Diante do ascenso das lutas de massas, o governo e o Congresso foram obrigados a atender a diversas reivindicações dos trabalhadores.

A classe operária organizada em seus sindicatos desempenha papel de vanguarda nas lutas de massas. O movimento sindical deu em 1958 importantes passos, que reforçaram sua unidade e organização. É necessário desenvolver esse processo unitário, atuando de acordo com a estrutura legal da organização sindical brasileira, com o objetivo de conquistar novas reivindicações. O fortalecimento do movimento sindical é condição de primeira importância para que a classe operária possa desempenhar seu papel de vanguarda nas lutas pela emancipação nacional e a democracia.

Com o agravamento da situação econômica do país tornaram-se mais duras as condições de vida das massas camponesas, particularmente nas zonas cafeeiras e no Nordeste do país, onde a seca novamente se abateu sobre as populações de vastas áreas agrícolas, suscitando lutas de grandes contingentes de flagelados. Entretanto, as lutas camponesas ainda são, na maior parte, espontâneas e debilmente organizadas, pouco contribuindo para fortalecer o movimento nacionalista e democrático. As camadas médias das cidades, particularmente os estudantes, manifestando seu descontentamento com a situação de dependência ao imperialismo e com o agravamento da situação econômica, participam mais ativamente do movimento nacionalista e da luta contra a carestia.

A experiência ensina ser indispensável a pressão do movimento de massas para que o governo do sr. Juscelino Kubitschek seja levado a introduzir em sua política as modificações reclamadas pelo povo brasileiro. Ao mesmo tempo a experiência ensina que o atual governo, dado seu caráter heterogêneo, é sensível a esta pressão, sendo capaz de recuar de iniciativas reacionárias e tomar providências de interesse nacional e popular, na medida em que se fortaleça o movimento de massas.

O Movimento Nacionalista e as Eleições de 3 de Outubro

As eleições de 3 de outubro constituíram episódio importante da luta das forças nacionalistas e democráticas contra os grupos entreguistas e reacionários. Confirmaram que prossegue no Brasil, apesar das limitações que sofre, o processo de democratização da vida política. O elevado índice de comparecimento às urnas revelou o grande interesse das massas pelas eleições.

O movimento nacionalista contribuiu para a polarização de forças. Em vários Estados formaram-se coligações de clara tendência nacionalista em torno de plataformas aceitas em comum. Em alguns Estados, porém, os interesses personalistas, a falta de conteúdo programático dos agrupamentos políticos e contradições secundárias contribuíram para a dispersão das forças nacionalistas e facilitaram a vitória de candidatos com vinculações entreguistas. A contradição entre o nacionalismo e o entreguismo nem sempre ficou suficientemente clara para as massas, cuja decisão, em vários casos, não foi tomada em função desta contradição, como se deu em São Paulo, Rio e Bahia.

O movimento nacionalista revelou seu prestígio em grandes camadas e ganhou posições importantes nas eleições. Numerosos candidatos se apresentaram sob a bandeira nacionalista, inclusive alguns com notórias ligações com o entreguismo. Em seis dos onze Estados venceram os candidatos a governador apoiados pelas coligações nacionalistas, inclusive em três Estados importantes (Rio Grande do Sul, Estado do Rio e Pernambuco). Aumentou o número de deputados nacionalistas na Câmara Federal e nas assembleias estaduais. Passo considerável no sentido da coesão da frente única nacionalista e democrática foram as alianças eleitorais, abrangendo comunistas, trabalhistas e populistas, além de outras forças.

Um dos resultados positivos das eleições foi o fortalecimento do PTB, que conseguiu o governo de cinco Estados e aumentou suas bancadas na Câmara Federal e nas assembleias estaduais. Partido possuidor de influência na massa trabalhadora, o PTB defende uma plataforma que contém reivindicações nacionalistas e participou de alianças eleitorais juntamente com os comunistas. As vitórias do PTB fortalecem o setor nacionalista da coligação governamental. Ao mesmo tempo, porém, as eleições mostraram sérias debilidades do PTB resultantes de atitudes personalistas e dissenções internas, que são vistas com descontentamento pelas próprias massas trabalhadoras. Tais debilidades se mostraram mais fortemente no Rio, São Paulo e Bahia.

A derrota de oligarquias estaduais ligadas ao PSD reflete o progresso da consciência política das massas, o declínio da força das máquinas eleitorais. Não são derrotas do PSD em geral, que continua a maior força eleitoral do país, mas dos grupos mais reacionários e entreguistas, como de Etelvino, Peracchi e Amaral Peixoto.

Os êxitos relativos da UDN não significam que as massas tenham votado pela orientação entreguista e antidemocrática de sua cúpula dirigente. Em alguns casos, como o de Pernambuco e Sergipe, venceram setores da UDN que adotam posições nacionalistas e se aliaram a forças populares, inclusive aos comunistas. A vitória das coligações nacionalistas em Pernambuco e no Estado do Rio constituiu importante experiência de frente única que

contou com a ativa participação dos comunistas.

No Distrito Federal a vitória do candidato udenista teve diversas causas: a UDN capitalizou grande parte do descontentamento popular com a política do sr. Juscelino Kubitschek, as forças nacionalistas e populares dividiram seus votos entre vários candidatos, a reação conseguiu alguns resultados com intensa campanha anticomunista.

Na Bahia as forças nacionalistas se dividiram entre três candidatos, sendo que o próprio sr. Juracy Magalhães se apresentou como nacionalista. Ao candidato udenista se opôs candidato desconhecido das massas, surgido na última hora de conchavos de cúpula, rejeitado por isto por grande parte do eleitorado das cidades, que expressou seu sentimento de oposição e sua esperança de melhor administração.

Em São Paulo o sr. Janio Quadros conseguiu atrair setores democráticos e nacionalistas em apoio a seu candidato, ganhou certa parte da pequena burguesia explorando a questão da moralidade administrativa, levantou demagogicamente a bandeira de financiamento para os cafeicultores, utilizou o dinheiro e todas as vantagens da máquina estatal para corromper em larga escala. Não se deve, porém, exagerar, como faz a reação, as proporções da derrota do sr. Ademar de Barros, que obteve mais de um milhão de votos, e do PSP, que elegeu a maior bancada na Assembleia Legislativa.

As forças nacionalistas ganharam importantes posições, mas revelaram também deficiência quanto à coesão de suas fileiras e à sua vinculação com grandes setores das massas. A propaganda nacionalista se fez, em muitos casos, de modo demasiado geral, sem refletir as reivindicações imediatas das massas, preocupadas com a carestia da vida, e sem suficiente espírito crítico diante do governo. Se era justo defender o setor nacionalista do governo e os aspectos nacionalistas, de sua política contra os ataques demagógicos da oposição lacerdista e de seus aliados, também não devia faltar a denúncia clara e enérgica do setor entreguista e dos atos entreguistas e antipopulares do governo, com a perspectiva de utilizar as eleições e a pressão de massas para modificar sua política e sua composição. Candidatos vinculados ao entreguismo ex-

ploraram a falta de clareza das posições nacionalistas e capitalizaram em parte o espírito de oposição que existe em grandes setores das massas.

As eleições comprovaram a heterogeneidade dos partidos políticos e a necessidade de uma tática flexível para agrupar na frente única os setores nacionalistas e democráticos dos vários partidos. Com a luta eleitoral e a formação de coligações nacionalistas e populares, aprofundaram-se as contradições nos partidos (UDN do Estado do Rio contra a direção lacerdista, ala moça e a ala velha do PSD, progressistas e reacionários do PTB, etc.).

As eleições demonstraram mais uma vez que nas condições atuais do Brasil, as massas trabalhadoras e populares podem influir na composição do governo e dos órgãos legislativos através do voto, dos meios assegurados pela Constituição. Embora houvesse restrições e obsta-

culos no livre exercício do voto (ilegalidade do PC, controle dos principais meios de propaganda, corrupção eleitoral), as eleições foram, portanto, manifestação democrática. Se as forças nacionalistas e democráticas essem mais unidas e atuassem suas vitórias poderiam ter sido maiores.

O pleito eleitoral não diffeceu decisivamente a coligação de forças políticas, contribuiu para acentuar a polarização de forças. As ligações eleitorais que se mararam tendo como princípios básicos o desenvolvimento do país, a defesa da liberdade democráticas e o bem-estar do povo representam importante para o fortalecimento da frente única correntes nacionalistas e democráticas. Com base nessas posições conquistadas, as correntes podem exercer influência ainda mais influente na vida política do país e tribuir decisivamente para a vitória nacionalista e democrática no pleito de 1962.

Análise Crítica da Atuação dos Comunistas

A aplicação da linha política traçada na Declaração de março de 1958 já produziu resultados importantes, entre os quais se destacam a atuação legal dos dirigentes comunistas, conquista democrática de grande significação, certa participação ativa dos comunistas nos movimentos da frente única nacionalista democrática, bem como o estreitamento dos contatos e da unidade de ação dos comunistas com outros partidos e correntes nacionalistas e populares. A medida em que rompem com o isolamento sectário, certo número de organizações e militantes comunistas se voltam para o trabalho à maneira nova nas entidades de massa, particularmente nos movimentos nacionalistas sindical e estudantil.

Apesar das discriminações antidemocráticas que prejudicam nossa atuação, a participação legal dos comunistas na última campanha eleitoral foi mais ativa do que nas campanhas anteriores. Contribuímos para a formação de diversas coligações eleitorais vitoriosas e atuamos nas alianças eleitorais com uma amplitude na verdade sem precedentes. Em algumas das principais cidades do país conhecidos líderes comunistas, há longos anos na clandestinidade, puderam dirigir a palavra a grandes massas em comícios de frente única. O contingente eleitoral dos comunistas deu uma contribuição, por vezes decisiva, para a eleição de numerosos candidatos nacionalistas e populares, inclusive representantes da classe operária.

A linha política traçada na Declaração vem sendo, assim, confirmada pelos acontecimentos. Em sua aplicação surgiram, no entanto, na direção e em todos os escalões do movimento comunista, manifestações de esquerda e de direita que devemos combater, porque são prejudiciais à justa atuação política dos comunistas.

Numerosas camaradas, inclusive dirigentes, continuam mantendo atitude sectária diante do movimento nacionalista, considerando que participar desse movimento significaria, no final de contas, submeter-se à hegemonia da burguesia. Esses camaradas permanecem presos a uma concepção dogmática do princípio da hegemonia do proletariado, não compreendendo o processo concreto, árduo e paulatino que nos pode levar à sua conquista. Com isso dificultam na prática a efetivação da hegemonia da classe operária, porque preconizam o afastamento do processo político real em desenvolvimento.

Tais concepções errôneas estão ligadas ao não reconhe-

cimento da contradição principal nos termos formulada pela Declaração. Entre contradições fundamentais sociedade brasileira — a contradição entre a nação brasileira e o imperialismo norte-americano e seus agentes internos, a contradição entre as forças produtivas em desenvolvimento e as relações de produção semi-feudais e agrária — a Declaração distinguiu a primeira como principal, como aquela que exerce influência dominante sobre os processos da vida econômica e política do país. É errôneo, pois, colocar ambas as contradições fundamentais no mesmo plano. A experiência demonstra que, desenvolver a luta agrária nas atuais condições brasileiras, também se subordinar ao curso da luta antiimperialista. Daí a necessidade de concentrar os esforços na ampliação e o fortalecimento da frente nacionalista e democrática.

Isto de modo algum significa que se deva subestimar a aliança operário-camponesa e as lutas no campo. A aliança operário-camponesa é condição básica para a conquista da hegemonia do proletariado, e a mobilização dos camponeses — a massa mais numerosa da nação — é indispensável ao desenvolvimento consequente da luta do povo brasileiro. As deficiências do trabalho no campo devem ser eliminadas pelo estudo aprofundado do problema agrário em suas particularidades, pela elaboração de uma tática específica para o campo e a aplicação de medidas concretas já providas, como a organização dos trabalhadores em sindicatos rurais e a atuação nas organizações de massa existentes, em defesa de reivindicações imediatas realmente capazes de movimentar as massas camponesas. A reforma agrária deve tornar-se (Continua na pag. seguinte)

A SITUAÇÃO POLÍTICA E A POSIÇÃO DOS COMUNISTAS

(Continuação da pág. anterior)
bandeira dos próprios camponeses, o que coloca em primeiro plano a questão das formas imediatas de sua mobilização e organização, a fim de que aprendam a avançar por sua própria experiência política.

Igualmente constitui atitude errônea e nociva a preocupação que ainda existe em radicalizar ao máximo a luta de classes entre o proletariado e a burguesia na atual etapa da revolução brasileira. Nela também se manifesta a grave incompreensão de que o golpe principal das forças nacionais e democráticas — como afirma a Declaração — se dirige atualmente contra o imperialismo norte-americano e os entreguistas que o apóiam. Isto não implica em negar a luta de classes entre o proletariado e a burguesia, luta inevitável, que não pode ser encoberta nem amainada, uma vez que resulta da contradição antagônica entre os explorados e os exploradores. É essencial compreender, entretanto, que sua solução final não se dará na presente etapa da revolução brasileira. O interesse do proletariado, como interprete mais conseqüente dos interesses nacionais, consiste em conduzir a luta de classes contra a burguesia sob formas adequadas, isto é subordinando-a ao objetivo principal da luta contra o imperialismo norte-americano, o que exige a aliança entre as diversas classes sociais, inclusive entre o proletariado e a burguesia.

As concepções sectárias se relacionam ainda à falta de confiança nas possibilidades de um caminho pacífico para a revolução brasileira, em conseqüência da avaliação incorreta das tendências fundamentais da situação internacional e dos processos em curso no país. A falta de confiança nas possibilidades de um caminho revolucionário pacífico se manifesta no saudosismo por certas formas de luta de tipo aventureiro já condenadas, e no desprezo pelas lutas de massas e pelo trabalho sob formas legais, o que só contribui para nos levar a uma posição de isolamento e a nos afastar da atuação efetiva no cenário político.

Na situação atual de nosso país todas as esferas da luta de classes se subordinam à luta nacional contra o imperialismo norte-americano. Nosso dever primordial de comunistas é, por isso, o de participar do movimento nacionalista, nele atuando com espírito unitário e ajudando permanentemente a fortalecer-lo, o que exige o combate às concepções dogmáticas e sectárias que, muitas vezes revestidas por fraseologia ultra-esquerdista e por pretensa defesa de princípios, não fazem senão alimentar a passividade oportunista.

Atentos como devemos estar para eliminar erros de esquerda, que possuem antigas raízes no movimento comunista, cabe-nos também combater os erros de direita que se manifestaram em nossa atividade nesse período como decorrência de incorreta interpretação da linha política traçada na Declaração.

Em primeiro lugar queremos nos referir à nossa posição diante do governo do sr. Juscelino Kubitschek. Caracterizando de modo justo sua composição heterogênea, temo-nos limitado, porém, a apoiar seus atos positivos e criticar de modo inconseqüente seus atos negativos, sem a perspectiva permanente de sua transformação, através de modificações substanciais em sua política atual e da substituição dos elementos entreguistas por elementos nacionalistas e democratas.

Por um lado, é profundamente errôneo negar o caráter

heterogêneo do governo e considerá-lo em bloco entreguista, como faz certo número de camaradas, inclusive responsáveis por postos de direção. Esta tese contradiz o próprio fato da existência de um setor nacionalista no seio do governo e de aspectos nacionalistas em sua política, bem como a possibilidade de mudar sua política e sua composição através da pressão do movimento de massas. Tal incompreensão leva a uma atitude perigosa de oposição sistemática que, nas circunstâncias presentes, só viria alimentar o golpismo lacerdista. Por outro lado, porém, não avallamos devidamente a ofensiva entreguista, que conseguiu conquistar a maior parte dos postos-chave de direção da política econômica e financeira do governo. Devemos reconhecer que tardamos em combater, em nossa ação prática, a orientação de capitulações diante do entreguismo, de conciliação com o imperialismo norte-americano e de gradual envolvimento do setor nacionalista, orientação que vem prevalecendo no governo do sr. Kubitschek e se acentuou nos últimos meses.

Na prática deixamos de lutar para modificar a composição do governo a favor do nacionalismo, com o deslocamento dos entreguistas que ocupam postos-chave, e despareceu de nossa propaganda a palavra de ordem de governo nacionalista e democrático. Essa palavra de ordem se encontra, porém, no centro de nossa tática. Para desempenhar papel de vanguarda no movimento nacionalista cabe-nos levantá-la e explicitá-la não abstratamente e sim em relação com os fatos políticos concretos, procurando convencer as massas e os aliados de sua justeza.

Atuando quase sempre em resposta às iniciativas governamentais ou, em particular, dos entreguistas de dentro e de fora do governo, nossa conduta política assumiu, em geral, caráter defensivo, de pura resistência ou de simples estímulo a estas ou aquelas tendências do governo. Nossa atividade se ressentiu, por isso, de falta de continuidade e de espírito de iniciativa na luta por certas reivindicações nacionais já por demais amadurecidas, como é o caso do reatamento de relações com a União Soviética. Tem faltado à nossa atividade o propósito efetivo de aumentar a pressão do movimento de massas sobre o governo a fim de conseguir modificações de caráter nacionalista em sua política e sua composição.

A isto se liga a necessidade que temos de ajudar o movimento nacionalista a formular um conjunto de soluções positivas realmente viáveis para os problemas brasileiros. A luta por um governo nacionalista e democrático é inseparável da formulação de soluções positivas e da luta para realizá-las.

Diante do governo atual uma parte de nossa tática consiste em apoiar seus atos nacionalistas e combater seus atos conciliadores e antinacionais, procurando assim fortalecer o setor nacionalista e debilitar os elementos entreguistas que o compõem. Ao mesmo tempo, porém, é indispensável lutar com o objetivo de conquistar para o país um governo nacionalista e democrático. O instrumento eficiente para esse fim é a pressão do movimento de massas combinada à luta parlamentar, o que será facilitado pela composição do novo congresso, onde os nacionalistas terão forte representação. Desta maneira devemos impulsionar o processo de acumulação de forças, imprescindível para que o movimento nacionalista afirme uma nítida supremacia nas eleições presidenciais de 1960.

Nossa autocritica diz também respeito à questão da unidade e da luta com a burguesia. Partindo da tese da Declaração de que o golpe principal da revolução deve ser dirigido contra o imperialismo norte-americano e seus agentes internos, esforçamo-nos para estabelecer várias formas de unidade de ação com a burguesia. Este esforço é fundamentalmente positivo e deve prosseguir. Em nossas relações com a burguesia um aspecto essencial deve ser o da unidade, o da aliança com ela para a luta pela emancipação nacional. Não devemos, porém, perder de vista que entre o proletariado e a burguesia também existem contradições e luta. Considerando a burguesia como força aliada, o proletariado não pode deixar de opor-se, ao mesmo tempo, às suas tendências vacilantes e conciliadoras diante do imperialismo norte-americano, bem como à tendência inerente à burguesia de aumentar a exploração da classe operária e das massas trabalhadoras, lançando-lhes sobre os ombros o peso das dificuldades econômicas.

Não nos demos conta, se não com atraso, de que o agravamento da contradição entre a nação e o imperialismo norte-americano e seus agentes, nas condições peculiares atualmente existentes, era acompanhado do agravamento das demais contradições, inclusive da contradição entre o proletariado e a burguesia. Por isso percebemos tardiamente o profundo descontentamento que a aceleração do processo inflacionário provoca nas massas trabalhadoras e que se refletiu particularmente nas lutas contra a carestia da vida e por aumento de salários e vencimentos.

A classe operária e as massas trabalhadoras da cidade e do campo não podem conformar-se com a espoliação que lhes impõe o processo inflacionário, tornando-se inevitáveis os choques dos operários com a burguesia e das massas em geral com a política econômica do governo. Aos comunistas, como vanguarda da classe operária, cabe colocar-se à frente da luta pelas reivindicações vitais dos operários, dos camponeses e das massas trabalhadoras, embora tais reivindicações não recebam o apoio de setores da burguesia que participam do movimento nacionalista.

Com esta justa posição os comunistas objetivam fortalecer o papel independente e de vanguarda do proletariado na frente única nacionalista e democrática. Defendem as reivindicações imediatas dos trabalhadores sob formas adequadas, não para romper a aliança com a burguesia mas para pressioná-la no sentido de uma posição mais conseqüente contra o imperialismo norte-americano e, simultaneamente, para conduzir o governo a uma nova política econômica que, ao invés de maiores sacrifícios, resulte em melhores condições de vida para as grandes massas.

Outra ordem de incompreensões que é necessário esclarecer se refere à nossa posição diante das liberdades democráticas. Contra as liberdades existentes, que representam importante conquista do povo brasileiro, continua apesar, antes de tudo, a ameaça do golpismo entreguista. A fim de combater essa ameaça os trabalhadores e todas as forças nacionais e democráticas necessitam dar o mais resolutivo apoio às autoridades na defesa da legalidade constitucional. Os acontecimentos de 11 de novembro e, mais recentemente, o episódio da Marcha da Produção e a chamada crise da

Aeronáutica comprovam a necessidade desse apoio às medidas tomadas contra os elementos golpistas inconformados com o processo de democratização do país e com o avanço do movimento nacionalista.

Diante da necessidade de repelir essas ameaças, porém, alguns setores nacionalistas, inclusive das forças armadas, acenam por vezes com medidas de exceção. Ao lado de todas as forças nacionalistas e democráticas a luta contra as provocações golpistas, os comunistas devem apoiar decididamente as medidas necessárias para salvaguarda do regime constitucional e ao mesmo tempo manifestar-se contra a adoção de medidas que venham restringir ou violar direitos assegurados aos cidadãos. As grandes massas necessitam das liberdades democráticas

para desenvolver ação independente pelas suas reivindicações específicas e para dar caráter conseqüente à luta contra o imperialismo norte-americano e as sobrevivências feudais.

Ao prosseguir na aplicação da linha traçada na Declaração cumpre-nos corrigir a tempo os erros e desvios e enriquecê-la com a nova experiência da luta de massas e com um conhecimento objetivo da realidade brasileira. Neste sentido é necessário intensificar o trabalho ideológico e combater simultaneamente as tendências dogmáticas e revisionistas não superadas. Em particular, deve ser realizado um trabalho permanente para eliminar o sectarismo e o dogmatismo, que possuem raízes antigas e extensas na direção e nas fileiras do movimento comunista.

— V —

Tarefas Imediatas do Movimento Comunista

O sentido em que se desenvolve a situação é favorável, assim, ao crescimento do movimento nacionalista e democrático, ao avanço e fortalecimento do movimento operário. Somente estas forças podem apresentar as soluções efetivas para as graves dificuldades que o país enfrenta.

A linha de desenvolvimento dependente e desnacionalizado, que certos círculos dominantes no governo pretendem prosseguir, é uma linha marcada por contradições insanáveis, que implica em graves deformações para a economia do país e se chocará cada vez mais com a aspiração nacional a um verdadeiro desenvolvimento econômico independente e progressista, livre da exploração do imperialismo norte-americano.

A medida em que se agravam os problemas nacionais coloca-se na ordem do dia uma série de questões cuja solução representará novos passos para a conquista da política nacionalista e democrática reclamada pelo povo brasileiro. Os comunistas têm o dever de, em cooperação com as demais forças nacionalistas e democráticas, apresentar as soluções viáveis para tais questões, que encerram uma importância primordial e imediata.

Política Exterior Independente e de Paz

O primeiro passo para uma política desta natureza, cuja necessidade já se torna clara para a maioria da nação, é o reatamento das relações com a União Soviética e a normalização das relações com os demais países socialistas, inclusive o reconhecimento da República Popular da China. A normalização das relações tanto comerciais como diplomáticas com a URSS e os demais países socialistas

não constituirá, por si só, uma nova política exterior, mas pode vir a ser um primeiro e sério passo no sentido de sua conquista.

A luta pelo reatamento de relações com os países socialistas, que se inspira nos interesses gerais da nação, pode e deve assumir o caráter de amplíssimo movimento, que abarque todas as classes sociais.

Soluções Nacionalistas para as dificuldades Econômico-Financeiras

Entre as medidas para superar a crise cambial impõem-se em caráter de urgência a ampliação de nosso comércio exterior a novos mercados e, em primeiro lugar, aos mercados de imenso poder aquisitivo da União Soviética e dos demais países socialistas. É necessário, por outro lado, limitar rigorosamente as remessas de capital estrangeiro. As remessas de lucros, juros, etc., devem subordinar-se às necessidades de nossa economia e não afetar as disponibilidades de divisas para importações essenciais. Os interesses nacionais exigem igualmente a eliminação de privilégios concedidos ao capital estrangeiro. A entrada de equipamentos sem cobertura cambial, de acordo com o regime inaugurado pela Instrução 113, a concessão de divisas pelo custo de câmbio, a isenção de tarifas e de outros tributos, o aval do governo para emprésti-

mos no exterior, a prodiga concessão de créditos pelos bancos estatais — todas estas regalias oferecidas ao capital monopolista estrangeiro criam verdadeira discriminação contra o capital nacional e agravam as dificuldades econômicas do país.

Ao lado dessas medidas é indispensável prosseguir na defesa intransigente do monopólio estatal do petróleo, desmascarando e derrotando as manobras entreguistas tramadas contra a Petrobrás sob o disfarce de posições nacionalistas.

Elevação do Nível de Vida do Povo

O progresso econômico do país será tanto mais estável e acelerado à medida em que for acompanhado da melhoria das condições de vida das massas, e para isto são necessárias medidas de combate à inflação. O povo não pode aceitar, porém, a política pretensamente antinflacionária do programa de estabilização monetária do sr. Lucas Lopes, que implica em descartar sobre as massas o fardo das dificuldades financeiras.

A política de crédito não deve ser orientada para a restrição geral, o que levaria a reduzir a taxa de crescimento da economia nacional, mas para uma seleção que favoreça as atividades produtivas essenciais em detrimento das atividades adiantadas e especulativas. Quanto à política tributária, ao invés de recorrer aos aumentos de impostos indiretos, que pressionam no sentido da alta de preços e incidem sobre as massas populares, é necessário gravar mais fortemente os altos rendimentos. Os efeitos da inflação sobre o nível de vida das massas seriam consideravelmente atenuados com o reajustamento anual obrigatório do salário mínimo e dos vencimentos de funcionalismo, de acordo com os índices de aumento do custo da vida. A moralização das instituições de previdência social é uma exigência das massas trabalhadoras, não se justificando a demora da aprovação, pelo Senado, da respectiva lei orgânica. Finalmente, para que qualquer medida de controle dos preços possa ter alguma eficiência, é necessário dar caráter democrático à COFAP, com a inclusão no seu conselho de representantes autorizados de diferentes setores das massas populares.

Medidas de Reforma Agrária

A reforma agrária é necessidade hoje nacionalmente reconhecida por forças do mais variado caráter. Devem os comunistas elevar sua atividade no campo, estudando e propondo medidas concretas de reforma (Conclui na pág. seguinte)

A SITUAÇÃO POLÍTICA E A POSIÇÃO DOS COMUNISTAS.

(Conclusão da pág. seguinte)

agrária e buscando unir amplas forças num potente movimento de opinião pela sua realização.

Diversas medidas de caráter legislativo e executivo podem ser adotadas para encaminhar a reforma agrária. Entre estas deve ser exigida a desapropriação total ou parcial de grandes propriedades com baixo índice de aproveitamento, devendo as terras ser loteadas exclusivamente entre pequenos agricultores sem terra ou com pouca terra, mediante pagamentos módicos e a longo prazo. Outras medidas são o forte aumento da carga tributária sobre as grandes propriedades; a utilização das terras do Estado, sobretudo nas proximidades dos mercados consumidores e das vias de comunicação, para formar núcleos de pequena propriedade; a entrega dos títulos de propriedade aos posseiros; a regulamentação legal dos contratos de arrendamento e parceria, visando baixar as taxas com o estabelecimento de limites máximos, facilitar o prolongamento dos prazos, garantir a indenização por benfeitorias e impedir os despejos arbitrários; a elaboração de legislação trabalhista adequada às condições do campo, garantindo direitos já estabelecidos para os trabalhadores rurais, mas freqüentemente não aplica-

dos, e estendendo-lhes outros direitos; a concessão de crédito aos pequenos e médios lavradores, a garantia de preços para seus produtos, etc.

Consolidação e Ampliação da Legalidade Democrática

A garantia dos direitos democráticos assegurados na Constituição exige a revogação do decreto antigreve 9070, cuja vigência tem dado motivo ao arbítrio policial, e a aprovação da lei que regulamenta o direito de greve. Impõe-se igualmente a revogação da «lei de segurança», que não encontra justificativa numa situação de normalidade constitucional.

A fim de pôr termo às discriminações contra os comunistas, é necessário obter do

Congresso a anulação do infâmico artigo 58 da lei eleitoral. A plena vigência do regime democrático exige o retorno do Partido Comunista à legalidade, fazendo cessar uma medida odiosa, que já não encontra correspondência na nova situação política do país. A luta pela legalidade do Partido Comunista não é de interesse exclusivo dos comunistas, mas de todos os cidadãos que aspiram à consolidação do regime democrático.

...

Desenvolvem-se as condições que permitirão a

nosso povo a conquista de um governo nacionalista e democrático. Este processo será acelerado à medida em que se fortalecer a pressão do movimento de massas e dos setores patrióticos do Congresso sobre o atual governo, objetivando modificar sua política e sua composição no sentido do nacionalismo e da democracia. Com isto também serão criadas condições para que o movimento nacionalista coesione ao máximo suas forças, superando as divergências partidárias e de qualquer outra ordem para conseguir a formação de poderosa coligação eleitoral capaz de afirmar sua supremacia nas eleições presidenciais de 1960. Ao mesmo tempo, não podem os patriotas deixar de manter-se vigilantes diante das manobras do golpe de estado entreguista, dispostos a responder a qualquer tentativa de violação da legalidade democrática com a ação unida das massas populares e dos setores nacionalistas do Parlamento, das forças armadas e do governo.

O aguçamento da contradição entre a nação e o imperialismo norte-americano e seus agentes internos, juntamente com o agravamento dos problemas econômicos e políticos, cria condições para ampliar a frente única nacionalista e democrática e para dar-lhe o apoio de vastas massas.

A ERA DOS VÔOS INTERPLANETÁRIOS

Prof. BORIS KUKARKIN

O lançamento do foguete sideral foi possível devido ao fato de se ter alcançado a "segunda velocidade cósmica". Que quer dizer isto? A Terra que habitamos é um corpo celeste grande e denso, o mais denso do sistema solar. Por isto, tem um campo gravitacional bastante amplo, ou seja, possui considerável força de atração. Como escapar dessa força? Sabemos que uma pedra lançada para o alto volta a cair imediatamente; uma bala disparada com um ângulo de 45 graus, por exemplo, voo alguns quilômetros; um projétil de poderoso canhão de longo alcance em trajetória curva pode voar várias dezenas de quilômetros, mas, finalmente, se crava na terra, obedecendo à força de atração.

Quando se consegue alcançar uma aceleração que equilibre os efeitos da gravidade terrestre, o corpo lançado por nós, deve começar, teoricamente, a girar indefinidamente em redor da Terra. Ter-se-á conseguido, então, a "primeira velocidade cósmica": 8 quilômetros por segundo.

Na prática, entretanto, a menor resistência exerce influência sobre o corpo que voo. A atmosfera da Terra exerce essa resistência. Quanto mais próxima de sua superfície passa a trajetória do voo, maior é a resistência e tanto mais cedo o corpo cai. Só elevando o foguete a uma altura de vários milhares de quilômetros, onde praticamente já não existe a influência da atmosfera, poderá ele girar indefinidamente em torno da Terra.

Mas, se logramos imprimir ao foguete uma velocidade superior a 8 quilômetros por segundo, ele descreverá elipses cada vez mais alongadas em redor da Terra. E quando esta velocidade alcançar os 11,2 quilômetros por segundo, o foguete cósmico vencerá definitivamente a força de atração e penetrará no sistema solar. A velocidade de 11,2 quilômetros por segundo é, pois, o que se chama de "segunda velocidade cósmica".

Assim, o homem pode criar planetas artificiais que girem eternamente em torno do Sol. O primeiro desses planetas foi o foguete cósmico soviético lançado a 2 de janeiro de 1959. Girará indefinidamente em torno do Sol, juntamente com os nove planetas e 1.600 asteróides do sistema solar.

Pode ocorrer a pergunta: e que é preciso para que o foguete abandone o sistema solar? É isto possível? Sim. Mas é necessário que o foguete vença também a força de atração do Sol. Neste caso, sua velocidade não deve ser inferior a 42 quilômetros por segundo com respeito ao Sol.

Nossa própria Terra já possui uma velocidade de 29,8 quilômetros por segundo. Se a ela se acrescentar a "segunda velocidade cósmica" isto é, 11,2 quilômetros por segundo, ter-se-á uma velocidade de 41 quilômetros. Assim, pois, para que o foguete abandone o sistema solar, deve ser lançado com uma velocidade que supere apenas em um quilômetro a velocidade que alcançamos até agora. Esta será a "terceira velocidade cósmica".

Para passar da "primeira velocidade cósmica" à "segunda", os cientistas, engenheiros e peritos soviéticos necessitaram de pouco mais de um ano. Daí, pode deduzir-se que o aumento da velocidade em mais um quilômetro por segundo é tarefa solúvel num futuro próximo.

Ademais, os propulsores devem manter esta velocidade acrescentada até que se possa desprezar a força de atração da Terra.

Entretanto, é necessário fazer uma ressalva: para conseguir a "terceira velocidade cósmica" o mais justo será lançar o foguete em condições rigorosamente definidas. A saber: pela manhã, do equador, em direção ao norte. Só neste caso se conseguirá a soma adequada e racional das velocidades. Se o lançamento é efetuado em outra direção, de outro lugar e a outra hora, parte da velocidade da Terra deixa de ser aproveitada. Isto foi o que aconteceu, por exemplo, com o atual foguete interplanetário: desloca-se com uma velocidade total não de 41 quilômetros, mas de 32 quilômetros por segundo, aproximadamente, em relação ao Sol.

A viagem fora do sistema solar será muito prolongada: as estrelas mais próximas de nós se encontram a

uma distância de quatro anos-luz, isto é, a uma distância que um raio de luz — que percorre 300 mil quilômetros por segundo — leva quatro anos para cobrir. Para os foguetes estelares serão necessárias outras fontes de energia capazes de imprimir uma velocidade consideravelmente maior, já que, do contrário, um voo às estrelas duraria milênios.

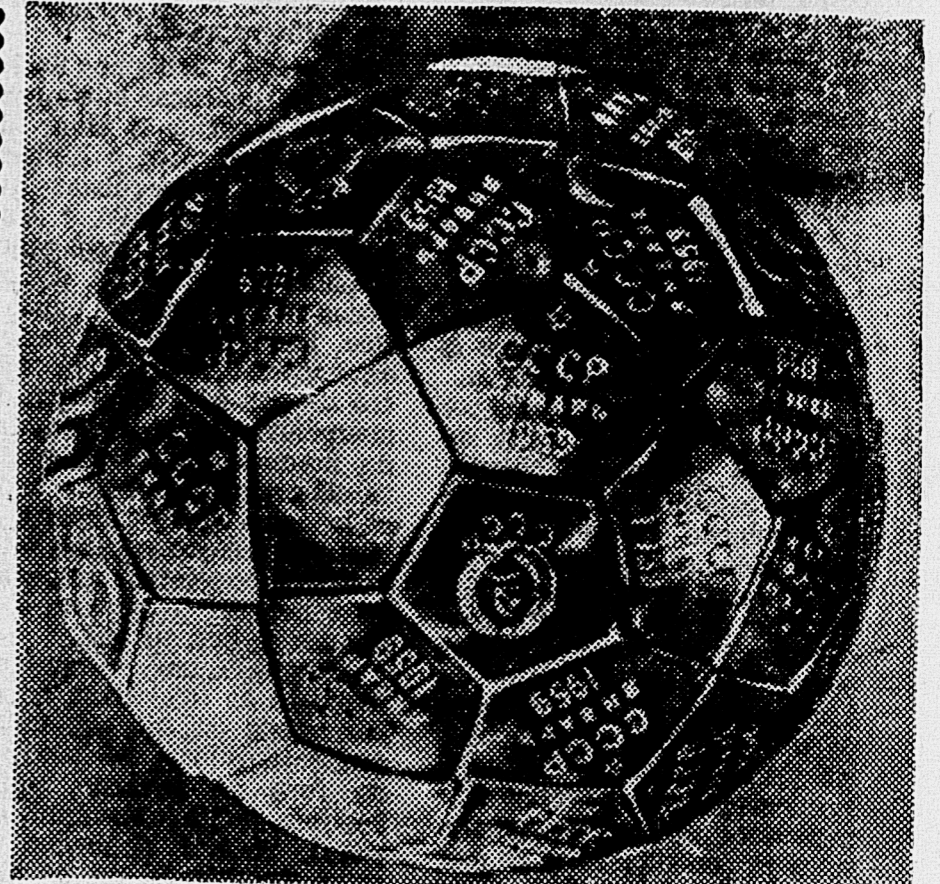
Desta maneira, se o lançamento de um foguete para fora do sistema solar se acha, sob o ponto-de-vista técnico, no marco das possibilidades reais, a chegada a outros mundos estelares em prazos adaptáveis à nossa escala "terrenal" exigirá um novo e grande salto técnico.

Parece-me perfeitamente possível, em troca, a organização de viagens interplanetárias dentro do nosso sistema solar. Por exemplo, ir à Lua. A fim de que o foguete decole da Lua para voltar à Terra, basta alcançar uma aceleração de apenas dois quilômetros por segundo (pois a força de atração da Lua é consideravelmente menor que a da Terra). De maneira que, para isto o foguete deve estar provido de uma reserva relativamente pequena de combustível.

Mais difícil é conseguir a descida normal do foguete na Lua. Para isto, é preciso criar um sistema de freio suficientemente poderoso que reduza a velocidade da queda de vários quilômetros por segundo para alguns metros por segundo.

A terceira tarefa consiste em ir parar precisamente na Lua, para o que deve ser criada a correção automática do voo, que pode ser conseguida tecnicamente com instalações automáticas que reajam, por exemplo, à luz lunar ou ao campo de gravitação lunar, ou ainda com a direção automática do voo feita da Terra. Também é necessário que o propulsor do foguete possa funcionar fora do campo gravitacional terrestre, com suas próprias reservas de combustível.

Quando estes problemas forem resolvidos, serão perfeitamente possíveis os vãos à Lua, primeiro para aparelhos automáticos e logo depois para seres vivos. Naturalmente...



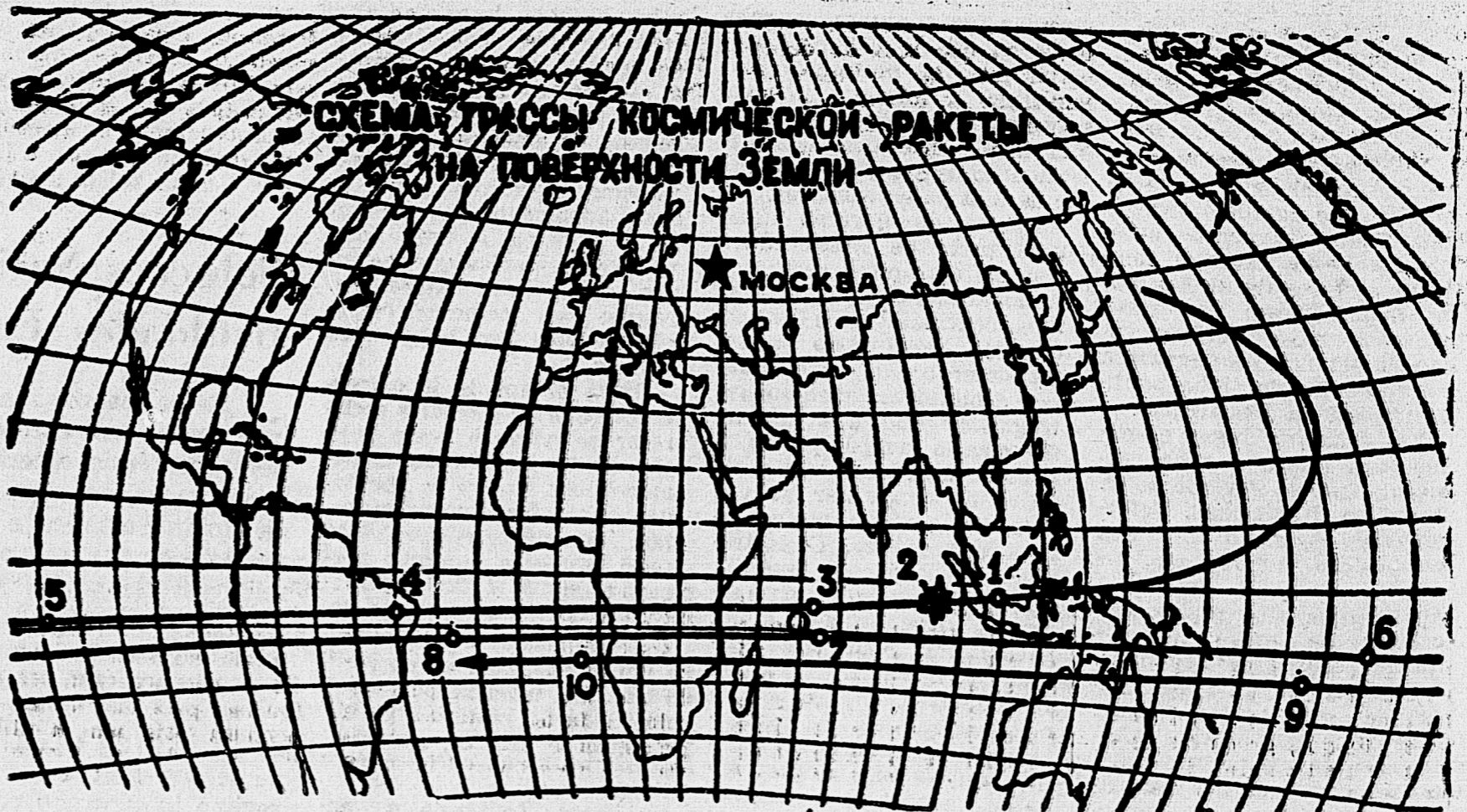
Esta flâmula, de forma esférica, que viaja a bordo do foguete cósmico soviético, simboliza o planeta feito pelo homem. Nas facetas lê-se a inscrição "URSS - Janeiro de 1959" e também se vêem as armas da União Soviética.

mente que para os vãos de seres vivos, inclusive o homem, será preciso também solucionar uma série de questões de caráter biológico e assegurar a volta dos viajantes à Terra, sãos e salvos.

Permito-me ainda, expressar a segurança de que a chegada aos planetas mais próximos de nós — Venus e Marte — é igualmente coisa dos próximos anos.

Então, a humanidade finalmente decifrará os enigmas de Marte, que no transcurso dos séculos vêm suscitando tantas hipóteses e discussões.

Mencionarei apenas alguns problemas, mas também isto demonstra as perspectivas de desenvolvimento científico abertas com o lançamento do primeiro foguete interplanetário. São tão múltiplas que sequer imaginá-las torna-se difícil...



A ROTA DO FOGUETE EM RELAÇÃO A SUPERFÍCIE DA TERRA — Os números no diagrama correspondem à posição consecutiva da projeção do foguete sobre a superfície da Terra. 1) às 3 horas do dia 3 de janeiro, a 100 mil quilômetros da Terra; 2) a mil quilômetros; 3) às 6 horas, a 137 mil quilômetros; 4) às 13 horas, a 209 mil quilômetros; 5) às 9 horas, a 265 mil quilômetros; 6) às 21 horas, a 284 mil quilômetros; 7) às 5,59 horas do dia 4 de janeiro, a 370 mil quilômetros — momento de maior proximidade da Lua; 8) às 12 horas, a 422 mil quilômetros; 9) às 22 horas, a 510 mil quilômetros; 10) às 10 horas do dia 5 de janeiro, a 597 mil quilômetros, quando foram interrompidas as comunicações com o foguete.